

so era diferente, o assunto das palestras era variado, ia da paisagem á Politica, da Literatura até á Arte e por vezes fugia-se á carreira trejeirice perante as perneiras de qual quer camponeza que se curvava no amanho da terra e descobria mais do que nesse tempo era normal, os contornos das mesetas.

Estas evasões eram, verdadeiramente, trocados muito agradáveis que agora, passado mais de 40 anos, lembrava com alguma saudade.

A vida no Grupo era, pois, simpática. O Eduardo da Cunha Oliveira era um bom official, saledor, muito dedicado e leal; o Barreira Cardoso (ha pouco falecido no posto de tripadeiro graduado) era mesmo acessível, de feitio duro, mas tambem excelente official como aliás foi em tudo o que se meteu, principalmente como professor liceal.

O ajudante era um bom homem, o tenente "juradico" Gil Augusto Domingues da Silva, sempre servicial, pronto para tudo, e que em uma não por outra, cuidava para passeios a cavallo.

Havia naquele conjunto uma ovelha mais ou menos ranhosa: o recinto celebrado. Fer-

maido dos Santos Costa já com tendência dominadora, por vêres grosseira, e nas conversas com os oficiais na sala respectiva, que tendia impôr as suas opiniões reaccionarias, sempre contra a Democracia e em especial contra o nosso regime republicano. Era impertinente e, não raro, irritante.

Um dia até eu que estava presente na sala o Augusto Casimiro, perante qualquer objurgatória contra o Liberalismo posterior a 1834, este não se contém e lembrou-me que, se não fosse o Liberalismo, ele, Santos Costa não passaria de cavador de enxada ou, quando muito, de simples marçano de loja qualquer em Mauualde. Ele embesourou, segundo me contaram, perante a lição dada pelo Casimiro e perante o aplauso unânime dos circunstantes.

A allusão á familia era clara. O Santos Costa era filho dum pobre payante do Quadro Aux.<sup>o</sup> dos Serviços de Saúde (por sinal que eu. <sup>to</sup> bom homem quando dizem) e os proximos parentes eram homens do campo.

Em outra occasião teve qualquer que-  
rência com o Correia Cardoso seu coman-  
dante de bataria e faltou-lhe ao respeito;

este que não era m.<sup>to</sup> para treincadeiras, meteu-o na ordem e deu participação escrita contra o alferes.

Comandava eu então interinamente o Grupo e quando a participação me chegou ás mãos chamei os outros dois capitães e conversámos sobre o incidente. Não queria tirar, é claro, autoridade ao Cardoso; mas era-me desagradavel ter de julgar um official que, de mais a mais, com a jurrição poderia ter a carreira prejudicada. Chamei depois o Santos Costa ao gabinete e fiz-lhe ver a incorrecção do seu procedim.<sup>to</sup> e accusei-me-o a ir pedir desculpa ao capitão e a moderar, para o futuro, os seus julgamentos injustificados, etc.

O rapaz, remitteute, disse que não, que não tinha que pedir desculpas e falou de tal modo que parecia ele o juiz. Eu ia-me arredando e terminei por dizer que guardava o papel por 24 horas no fim das quais teria que consultar, sem contra vontade, o Regulamento disciplinar e estudar o caso da minha competência.

Ele saiu trombando e com maus modos. No dia seguinte o Correia Cardoso pro-

cursei - me para me dizer que o alferes  
 The fora apresentar todas as desculpas e es-  
 tas deveriam ser um tanto ou quanto per-  
 mitidas para serem aceites; não inquiri  
 nem as coisas se passaram, entreguei  
 ao capitão o papel e mandei chamar o al-  
 feres para me fazer a moralidade do caso  
 e aconselhar-me a ter mais cuidado para  
 o futuro nas discussões com superiores.

É o episodio ficou liquidado.

Liquidado... verdadeiramente não ficou.

Seu querer levantar hipóteses acerca da  
 influencia do Santos Costa no meu exame  
 para o generalato, o que se pode afirmar é q.  
 ele não esqueceu a possível permissão pe-  
 rante o Correio Cardoso. Quando este, apor-  
 tado para o generalato, tinha saído para ser  
 promovido, o Santos Costa, então ministro ou  
 da defesa ou do Exército, deixou passar o tem-  
 po até aos 60 anos de idade daquele sem o pro-  
 mover e por isso e automaticam<sup>te</sup>, o Correio  
 Cardoso ~~foi~~ foi colocado em Reserva; e  
 se foi tripadeiro foi-o por imposição legal  
 que lhe dava direito a se-lo graduado quan-  
 do o imediato na escala ascendessee ao dito  
 posto.

Quer dizer: o illustre Santos Costa tem  
boa memoria e como a celebre multa do Pa-  
pa a que Alphonse Daudet dedicou uma  
das interessantes cartas escritas no moi-  
nho, esperou o momento proprio para dar  
o coice em cheio.

E deu-o. Deixou a liberdade para  
Carria, pois, o tempo sem novidade agra-  
da a não ser uma ou outra presencas sem  
resultado por suspeitas revolucionarias logo  
desfeitas, quando em Outubro, no dia 2, pre-  
sente a hipotese de uma greve geral nos Ca-  
minhos de Ferro, o Quartel-General nomeou-  
me nome mais ou menos do que Superior  
Tendente Geral nos transportes da area de di-  
visão!...

Fiquei aturdido... apresentei-me no  
Quartel-Gal e pareceu-me que fiquei deven-  
do a honra da nomeação ao Chefe do Estado  
Maior, o Cor. Luis de Carvalho Martins,  
homem serio, m.º correcto, ponderado, mas  
que, neste caso, me pareceu não ter tido a  
noção das realidades.

Receti orden e uma pasta com muitas  
papelada relativa ao assunto que eu em con-  
sa folheei e, com franqueza, preocupado

a valer com as complicações de tal serviço a que nunca me dediquei e que devido ao ser capaz de cumprir.

Passei três dias abarrecido com a perspectiva duma barafunda, caso que me não entenderia; felizmente, em 5 desse mês de Outubro, apresentou-se, mandado de L.<sup>o</sup> exactamente para esse fim, o meu condiscipulo Abilio Augusto Valdez de Passos e Sousa, creio que já Tenente-Car.<sup>al</sup> do Corpo do Estado-Maior.

Foi um alívio!

Larguei-lhe a pasta com toda a papelada e as boas intenções. E afinal não foi necessária a intervenção do Superintendente Geral; a greve dos ferroviários não recuou.

E eu voltei nesse mesmo dia 5 à pasta do Grupo — para no dia seguinte ter de intervir em episodio de outra ordem, bastante desagradavel e que me deu q. fazer.

Estava em Coimbra como Governador Civil, não sei por que beulas, o então tenente coronel de Infant.<sup>o</sup> José de Oliveira Gomes, velho conhecimento dos tempos da minha passagem por Mafra, em 1902-1903. Era creatura impulsiva, sem jeito para a politica

e meu pai por que culpa de aqua ele foi  
parar aquelle lugar que não era dos mais  
facéis de dirigir.

Era Administrador do Ceuic: o Dr. Espo-  
linario José de Al, professor e tãõ de ensino  
livre de quem já aqui tenho falado por mē-  
ses e de quem, na verd<sup>de</sup>, era amigo.

Ora aconteceu que, no dia 7 de Outu-  
bro, pela tarde, me entrou em casa, com  
tanto eu quanto atrapalhado, o Com. do Espo-  
linario com a noticia de que fora procurado  
pelo Cor.<sup>el</sup> Vicoso May e pelo major Luis Jo-  
sé da Mota, para em nome do Oliveira Go-  
gues lhe pedirem explicações ou uma resa-  
ração pelas armas por causa dum officio que  
recebera dele, como Administrador do Ceu-  
celho ofensivo da sua ~~honra~~ dignidade  
de homem e de autoridade.

O Espolinario mostrou-me o officio q.  
tratava de uns abusos e escandalos no mer-  
cado de D. Pedro V em que andava envolvi-  
da uma vendadeira de Ovar ainda parente  
do Oliveira Goues; lido o officio, na verda-  
de um tanto eu quanto agressivo, pedi que  
eu e o Dr. Julio Machado Feliciano fossemos  
seus representantes para resolver a pen-

deuicã bastante difícil de resolver. Era mais um episodio desagradavel em q. me ia envolver.

Fiz algumas observações acerca do officio e tentei as minhas boas relações com o Oliveira Gomes; mas vi o polve Apolinario tão succumbido que não teve animo para recusar a intervenção solicitada.

Pensando bem, ambos tinham procedido mal: o Administrador porque mandou um officio nada diplomatico ao seu que fundamenteado; o Governador Civil porque pôz de lado a sua autoridade de superior hierarquico e desceu a desafiar para duelo um ~~sub~~ subordinado com a agravante de ser mestre - de - armas que, creio, o impossibilitava de desafiar quem o não fosse.

Enfim, era para mim uma situação desagradavel; mas que fazer? O Apolinario não encontraria outro q. quizesse tais responsabilidades. Disse que sim.

Concluiu-se pelo telefone um encontro com os representantes do Oliv. Gomes, ás 9 h. da noite, no consultorio do Dr. Julio Machado Feliciano, na rua de Ferreira Borges, esquina das Escadas de Salubidade.



Os dois patronos do Oliveira Gomes com-  
pareceram, solenes, com ar reservado. Sen-  
tados á volta duma mesa de sala de espera,  
o Car.º May repetiu a formula exigida pelo  
seu constituinte: ou retratação ou reparação  
pelas armas.

Comecei, então, a fazer ver que o officio  
do Dr. Apolinario não era causa sufficiente p.  
tal imposição; desenvolvi considerações de  
varia especie tendentes a mostrar que o Oli-  
veira Gomes foi precipitado como alias era  
proprio do seu temperamento; fiz ver a in-  
congruencia de um Governador Civil desa-  
fiar para duello com Administrador do Con-  
celho; fiz a questão de o Oliv.º Gomes ser mes-  
tre-de-armas que, segundo jurava, o impos-  
sibilitava de desafiar quem o não fosse.

O Car.º May, pareceu, impassivel, porven-  
tura pensando-se incapaz de rebater os meus  
argumentos, repetia o dilema: ou retratação  
ou duello!...

Eu começava a suar pois os dois adver-  
sarios não falavam e toda a m.ª argumen-  
tação caia no mar. O Dr. Julio Machado de  
olhou para mim com a testa franzida, um  
tanto ou quanto aflito. Veendo que era um não

que gostava falareado, mudei de tática e disse com certo calor que o Ten. cor.<sup>el</sup> Oliveira Gomes, mestre-de-armas, comedia uma acção pouco digna desafiando um individuo que, pela sua compleição fisica e ignorancia total de esgrima, não estava em condições de aceitar duelos; que conhecia bem o Ten. coronel Oliv.<sup>o</sup> Gomes, espirito generoso e, até certo ponto, cavalheiresco e por isso não acreditava que o desafio fosse posto com seriedade mas sim de baixo de impulso desagradavel de momento.

O cor.<sup>el</sup> May concordou, mas caiu na outra ponta do dilema:

— Então o Dr. Leal que faz uma retractação...

Eu tive um movimento brusco e joguei as ultimas:

— Retractação?...

E com um pouco de violencia perguntei-lhes se elles, officiais com tres, tinham consciencia do que era uma retractação... Lembrei a origem da palavra e fingendo-me erudito em Filologia atirei-lhes com quaisquer derivações latinas e continuei dizendo-lhes que o pedido de uma retractação era acto que não ficava bem a gente com caracter porque era

o mesmo que exigir uma vitória — e neste  
 teor continuei em peroração que eles ouviam  
 já com melhor cara e o Dr. Julio Machado ou-  
 ria com a testa descurvada: pinais de me-  
 thoria no ambiente...

E de repente voltei-me para o Luis Jo-  
 sé da Mota e dirigi-lhe esta estocada que pa-  
 receu dar certo:

— Oh Mota: se alguém se te dirigisse a je-  
 dir que te retractasses de qualquer frase pro-  
 nunciada, o que fazias?

Ele não esperava pela pergunta; mexeu-  
 se na cadeira e ainda o estava a ver a querer  
 achar uma resposta. Pareceu, eu acudi logo:

— Com o teu temperamento e o teu brío,  
 calculo bem que resposta darias...

E notando que os dois me pareciam abala-  
 dos, pudei de tom e disse-lhes aueaqueu-  
 te, puxando dum caderno de papel que o Dr.  
 Julio Machado oferecera e da minha cauda  
 de escrever:

— Pois bem... Vejo que os meus <sup>meus</sup> co-  
 maradas comprehendem bem a situação e  
 eu vou fazer um rascunho de acta que deve  
 fazer justiça a todos... E Ulei<sup>as</sup> dirão, em cons-  
 ciencia, o que lhes parecer.

E sem mais comentários comecei a escrever a parte principal da acta que ia tendo em voz alta:

«... Pelos segundos signatarios foi dito que o seu constituinte, ao escrever o officio que motivou a pendencia, estava sob a impressão de estranheza que lhe causara a sua demissão de Administrador do Cauceiro por um simples abarar sem qualquer expressão atenciosa; e que, ao dirigir o referido documento, apenas visava a acção politica daquelle <sup>meo</sup> Sr. e nunca o seu caracter que tem em grande consideração...»

Nesta altura, o Car.<sup>l</sup> May objectou que a allusão final do officio á concórdia do Oliveira Gomes com os abusos e escandalos no mercado D. Pedro V não poderia ser considerada allusão politica mas sim pessoal. Eu fiz uma pausa e escrevi no rascunho a allusão apresentada e continuei a acta:

«... a isto responderam os segundos signatarios que o seu constituinte de forma nenhuma visava a honrabilidade pessoal do <sup>meo</sup> Sr. José de Oliveira Gomes e, como a allusão referida por assim dizer suppleta toda a exposição do officio, julgavam que a explicação

dada deveria satisfazer os primeiros signatários porque ia assim anular a intenção offensiva que se poderia ver no citado documento e mostrar que o seu constituinte não julga o Ex.<sup>mo</sup> Sr. José de Oliveira Gomes capaz de comineiras nos alvissos e escandolos referidos.»

A explicação que eu ia escrevendo e lendo em voz alta, não era, verdade, verdade, muito convincente mas os dois padrinhos opostos não fizeram mais objecções, fizeram gestos de aquiescencia e eu, para não deixar arrefecer, logo continuei na escrita:

«E como os primeiros signatários julgaram sufficientes as explicações dadas, a illudida, foi completo, a honra do seu constituinte, deram todos os signatários por finda esta pendencia de que se lauram etc. etc.»

E sem dar tempo a reconsiderações, peguei de uma folha de papel e de outra que dei ao Luis Mota e comecei a escrever, a valer, a acta que este ia tambem escrevendo no duplicado. Lidas e verificadas as duas escritas <sup>(1)</sup>, assinámos os quatro, o Co

<sup>(1)</sup> A acta, as cartas redencionarias e o officio do

ronel May e o Luis Nota tomáram conta  
de uma e despediram-se; eu e o Dr. Macha  
do Feliciano acompanhámos - los até ao cimo  
da escada cerimoniosamente e voltámos á  
sala onde o Julio Machado me deu um abraço  
e me confessou o medo que teve de um mau  
desenvolvemento do caso.

Ele via bem que o amigo Apolinario Leal  
se excedera e não estava em bons termos e  
ao notar o esforço q. eu fazia p. convencer as  
outras testemunhas, pensou repentinamente em  
que teria de me dar qualquer injeção recon-  
fortante...

Seu vez, porém, da injeção, foi a um ar-  
mario, tirou uma bandeja com dois calices  
e uma garrafa de Porto ou Madeira e bebê-  
mos á saúde do nosso constituinte e para  
me agradecer da saudade que sentia - ao  
mesmo tempo que iamos comentando o fei-  
co real de tais padrinhos que, afinal, dei-  
xaram o seu afilhado na mesma posição.

Depois de descaucados e confortados com  
os calices, fomos directos a casa do Dr. Apolis

Dr. Apolinario estão guardados devidamente  
na pasta dos documentos.

uário Leal que, muito naturalmente, estava a nossa espera cheio de ansiedade e nervosismo. Ficou radiante e quiz saber como tudo se passara pois não contava com tal desfecho. Notámos que ficou sensibilizado com a nossa defesa e para celebrar o acto ofereceu ao Dr. Julio Machado um pequeno busto do Dr. Brito Cavacchi que ele colicava na reunião; e a mim, pediu alguns volumes da Monarquia Lusitana, da edição da Academia das Ciências, dos fins do século XVIII, encadernados em couro e ofereceu-me-os apesar das minhas instancias na recusa.

E assim acabou este episodio bastante desagradavel. No dia seguinte, o Oliveira Gomes chamou-me ao telefone. Nervoso, atirou-se a mim por causa da resolução dada á presençia; observei-me que se deveria antes zangar com as testemunhas que escolhera, que o não defenderam, e não comigo que defendi um amigo com os recursos que tinha e sem más vontades para com ele, Oliveira Gomes; disse ainda que não tinha culpas de le os dois camaradas se darem por satisfeitos com as nossas propostas, etc.

Foi discussão um tanto ou quanto viva e azêda que elle terminou por dizer que se ia embora, que estava farto de Coimbra que era afinal uma esturmeira onde fôra cair, etc.

O Luis Mota, algum tempo passado, contou-me que, quando elle e o May the en-  
treparam a acta e thá leram, o Oliveira Jo-  
nes ficou furioso e quase os desculpou  
por se deixarem convencer tão facilmente.

E tinha razão...

E os dias correram. E por Decreto de 31  
de Dezembro fui contemplado com o grão de  
Comendador da Ordem Militar de Aviz por  
estár ao abrigo. (segundo o decreto) do artigo  
18.º do Decreto n.º 6205 de 8 de Novembro do ano  
de 1919. Estava por comendador...

Assim acabou o ano de 1920 e já entrar o  
de 1921 que me trariz novidades.

Lista:

20 - Março - a 5 de

Abril de 1963.

(1) Confirmação em Ordem do Ex.º n.º 23, 2.ª  
série, de 31 de Dezembro.



... a história que temos a glória de  
 ir desenterrando do pó do esqueci-  
 mento. »

## VI

... a história que temos a glória de  
 ir desenterrando do pó do esqueci-  
 mento. »

Alex. Herculano: Maneira de Gistén  
 3.<sup>a</sup> ed.<sup>o</sup>, pag. 272 do vol. I, cap. XIV.

«... La História, como la Agricultura  
 no se cria en las montañas y no en las  
 cimas, de la altitud media social y  
 no en las eminencias. »

José Ortega y Gasset: La Rebelión  
 de las masas, pag. 25, cap. II de  
 9.<sup>a</sup> edición.

O ano de 1921 surgiu e eu não conti-  
 nuar com esta série de capítulos que me di-  
 zem respeito e que, aliás, não prejudicam nin-  
 guém nem a História...

Casas corripueiras, talvez, mas que eu  
 sinto prazer em lembrar e, francamente,  
 eu deixar contadas em prosa simples, para  
 os outros.

Vamos, pois, seguindo paulatinamente como é próprio dos melhos.

Logo em Março surgiu ordem para dois subalternos e um dos comandantes iram à Escola Prática de Mafra a um curso de tática das armas pesadas, aqueles como alunos, este como assistente.

É claro que o Monteiro, sempre comodista e com negócios pendentes da sua grande lavoura, não tinha vontade de ir; ponderuei a esse respeito e eu accitei logo a diligencia porque isso representava umas semanas passadas na Paz e era uma variante para a vida marcial e rotineira.

Fui eu, pois, o nomeado e no dia 5 desse Março referido, lá fui com a família para Mafra e comigo iam dois subalternos: o Frederico Lopes da Silva (que morreu general ha pouco) e o Fernando de Oliveira Leite hoje capitão na reserva e em serviço no Batalhão da Guarda Republicana em Coimbra.

Apresentei-me em 6 e lá fui assistindo sempre á instrucção que era interessante e de que, no final, fiz o competente relatório no qual deixei notas relativas aos escurados estrangeirismos usados por tudo e por nada.

tera comandante da escola o coronel José de Oliveira Gomes já anteriormente falado por causa dum duelo com o meu velho amigo Dr. Apolinário José Leal<sup>(1)</sup>; recebeu-me muito bem como se nada tivesse havido e não falámos no caso.

O curso seguiu com algumas interrupções — interrupções que me deram ensejo, em 9 de Abril, a ir a Lisboa assistir ao cortejo em honra do Soldado Desconhecido.

Tive a parte de ver de perto, na Avenida 24 de Julho, na confluencia da Avenida de D. Carlos, os tres generais estrangeiros convidados: o marechal Joffre, o italiano Diaz e o inglês Smith.

Gostei de ver o marechal francês, homem espadado, pesado, mas com aspecto ainda de desembaraçado, leprodeira traça, enfiada; manejava o bastão com gesto largo, no meio dos outros dois. Impressionei-me com o ver, pois relembrei os dias angustiosos do começo da guerra, quando ele, com grande serenidade aguentava todo o peso das responsabilidades do comando su-

<sup>(1)</sup> No cap. anterior.

preços. Ficou-me na memoria a sua figura, de certa imponencia mas ao mesmo tempo de irradiante bonomia.

O curso terminou em 6 de Maio; voltei para Coimbra em 7 e em 8 estava de novo no Grupo, era como 2.º comandante era como comandante interino pois o Monteiro, volta e meia, arranjava pretextos para afastamento de Coimbra cuidando mais dos seus negocios ou em Condeixa ou em Mertola do que os do campo que lhe confiáram.

Quando de Mafra regresssei a Coimbra, andava no ar a ideia do Lampadario para a Batalha, para o tumulto do Soldado desconhecido obra confiada ao Laurencço Chaves de Almeida que era então 1.º sargento-espiçardeiro do regimento de Infant. 23.

Embora o Laurencço já tivesse feito certas obras em ferro com valor artistico, o Lampadario é que lhe deu nome, o tornou conhecido e lhe proporcionou bastantes encomendas lucrativas.

Mas a verdade é que a obra custaria m.º diuitias e daí a ideia dum espectáculo no teatro para arranjar fundos; e se falo nisto

é porque tive a minha parte nele autorisan-  
do a representação do ~~o~~ Leis dos Gene-  
rais, uma especie de paraphrase á celebre  
leia do Julio Dantas.

Já me referi anteriormente a esta re-  
cita e a outra em que a mesma leia foi re-  
presentada com ligeira alteração dos inter-  
pretês. (1)

Passo, pois, adiante.

No verão, em Setembro, fiz uma excu-  
rção com o Professor primario Honoracio Antu-  
nes e o licenciado Jorge Raposo, á fregue-  
sia de Campelo (antiga freguesia do Cau-  
celho de Miranda do Corvo, hoje do de Figueiro  
dos Vinhos) e á Castanheira de Pera.

Foi uma bella excursão, feita a pé, em  
2 dias, com volta pelo alto do Trovis. Era  
no tempo em que eu fui infatigavel cami-  
nheiro.

Depois, andei com a familia pelo mes-  
mo alto-distrito e pelos Cancellhos de Seia e  
Gouveia e Serra da Estrela; foram dias  
agradaveis que passaram sem os poder refe-

(1) No vol. destas Memoarias e na Pasta dos  
recortes, no anno de 1921.

tin; a vida não consentiu outra escapada re-  
melhante.

Por essa altura de Setembro, tive troca  
de correspondência com o general Alberto  
Carlos de Silveira, antigo unionista.

Não sei já quem contava quem estava para con-  
sultar juremais da época com o fim de me es-  
clarecer melhor; de que me lembro é que o  
general era ministro de Guerra num minis-  
terio presidido pelo honrado Tomé de Barros  
Luzios e por virtude de uma questão levanta-  
da a propósito de qualquer medida relativa aos  
oficiais milicianos, o ministerio caiu arras-  
tado pelo ministro de Guerra muito atacado  
no Parlamento pelos energúmenos da politica.

O caso era relativamente simples mas  
revestia certa importancia porque contendo  
com a disciplina militar e o bom nome do  
ministerio; eu não me contive e lembrando  
me da solidariedade que o gen.<sup>al</sup> Silveira  
me deu na altura do incidente de Castelo-  
Branco, mandei-lhe um cartão affectuoso  
e em termos claros como é meu habito.

O gen.<sup>al</sup> Silveira era considerado ho-  
mem honrado, bem intencionado e escre-  
ptor; não o conhecia pessoalmente mas

fizerei - lhe deitando o apoio moral naquella  
 meu momento de m.<sup>a</sup> carreira e por isso en-  
 di que lhe devia pagar em moeda remessa  
 te. Não deixei copia do lithete; mas o Gene-  
 ral gostou do meu acto e respondeu-me com  
 a seguinte carta:

(Faint, illegible text)

«Governo do Campo de Ourique de Lisboa. - Gabinete do Governador. - Oaxias

- 15-9-21 - Meu querido Cam.<sup>de</sup> e amigo -

Muitos agradecimentos pela amabilidade do  
 seu lithete. Eos velhos unionistas amigos  
 de Brito Camacho, como V... devo eu explica-  
 ções do procedimento que politicamente vou  
 adoptar. São do partido liberal, onde não  
 não é possível acamaradar com pessoas que  
 fazem da politica um meio de subir, sem  
 se importarem dos que trabalham mais esca-  
 mente e arduamente - os necessarios / de que se  
 se trabalha os realice e lhes ~~para~~ crie  
 uma situação que possa prejudicar as ambi-  
 ções ilicitas daqueles camareiros de industria.

- São aborrecido e magoado. Entrei para  
 o Ministerio com o fim de realizar a obra  
 de moralidade e de disciplina que é abso-  
 lutamente necessaria fazer-se no exercito;

sem a qual tudo isto se afundará. — Foi-me possível iniciar esta obra, apenas, na parte . . . . .<sup>(1)</sup> cá para fora; mas o meu trabalho a dentro das secretarias do Ministério, limpando-as de milhares de processos que a incuria de numerosos ministros deixára acumular com manifesto desrecheito para o exercito, foi — deixe-me falar ao sim — verdadeiramente colossal. — Tem logo nos dias publicarem os jornais a carta que dirigi ao Directorio, despedindo-me do partido e só laurento que as circunstancias me forcem a dar este desgosto ao meu neto e querido amigo Brito Caetano. — Se um dia o meu camarada vier a Lisboa, desejava que se avistasse comigo para então, mais detahadamente, conversarmos sobre estes assuntos. — Maude seu pre o seu — cam.<sup>da</sup> e amigo — (a) Alberto da Silveira. »<sup>(2)</sup>

Respondei, dai a dias, com esta outra epistola:

Resposta

(1) Impossível

(2) Esta carta está guardada na respectiva caixa



« Oliveira do Hospital — 25 de Setembro  
 — Ex.<sup>mo</sup> Sr. General. — Depois de uma agrada-  
 vel depressão pelos concelhos de Seia e Gou-  
 veia e pela Serra da Estrela, vim encontrar  
 aqui a amavel e honrosa carta de V.<sup>sa</sup> que  
 eu, penhoradamente agradeço. — Segui  
 atentamente a questão chamada « dos mi-  
 licianos » e embora, como militar, não ti-  
 nesse que discutir ou apreciar os actos de V.  
 Ex.<sup>ta</sup> como ministro, o certo é, pareu, que imbi-  
 ramente eu concordava com o procedim.<sup>to</sup>  
 e com a attitude que V.<sup>sa</sup> nele tomou, pois re-  
 gundo o meu modo de ver, não deveriam  
 ser outros. Esta a razão porque cumprimen-  
 tei V.<sup>sa</sup> quando deixei o Ministerio; era por  
 assim dizer, um acto de solidariedade de dis-  
 ciplinado a que levava tambem, nella a ver-  
 dade, uma pontinha de protesto contra o modo  
 por que foi apreciada e combatida a soluçãõ  
 dum caso meramente disciplinar. — De for-  
 ma nenhuma, pois, eu esperava de V.<sup>sa</sup> uma  
 explicação tão atenciosa; não me julgava com  
 direito a elle nem mesmo V.<sup>sa</sup> tinha que ex-  
 plicar a creatura absolutamente descura e  
 inutil como eu, o que quer que seja da sua vi-  
 da. — Julgo-me pois, creio V.<sup>sa</sup>, muito honra

do com essa atenção e ajuda mais por me  
 que tenho escriptos e outros. — Quando o  
 meu de apreciar certos políticos. — Quando o  
 Partido Unionista se ligou com o Evolucionista,  
 eu afastei-me e declarei não querer entrar no  
 novo Partido exactamente porque, na minha  
 terra, me não permitiam os dirigentes novos e  
 por ter eu pouco a percepção daquilo a que U.  
 L. se refere na sua carta. Este afastamento  
 não excluiu a admiração e consideração que por  
 me tive pelo sr. Dr. Brito Carnacho e pelos con-  
 legionarios mais cotados que o rodeavam; o q.  
 não queria era, precisamente, ser um dia afas-  
 tado para não travar a marcha ascensional de  
 qualquer creatura que quizesse trepar. — Por tu-  
 do isto, num simples bilhete, cumprimentei  
 U. e por tudo, apara, reuevo a m.<sup>a</sup> solidarie-  
 dade, rogando ainda a U. que veja se descobre  
 algum presbitero naquello que, da maior consi-  
 deração se publisceve, etc. etc.»

Apesar do convite do general para me  
 assistir com ele, nunca o procurei, como é do  
 meu costume e até posso dizer que nunca o  
 vi; depois desta m.<sup>a</sup> carta, as nossas relações  
 cessaram, não por eu querer deliberadamente

meu havia razão para isso, mas por este  
meu feição a que ainda estou aparrado  
e com o qual conto morrer.

É assim chegan o mês de Outubro em  
que, mais uma vez, o País e o Regime esti-  
veram á prova e á mercê de bandidos pa-  
gos por quem tinha copas repletos e a real-  
zada intenção de arripiar a República.

Não tenho, evidentemente, provas que  
confirmem os meus juizos; mas tantos in-  
dícios e suspeitas andavam no ambiente  
pesado dessa terrível quadra que tudo leva á  
convicção de que os argentários associados á  
Companhia de Jesus arriaram o especta-  
culo nefarioso.

Quero-me referir á matança de 19 de  
Outubro em que uma ~~outra~~ herda de pelva-  
gens pagos assassinou o Antonio Graujo, o  
Carlos da Maia, o Machado dos Santos e não  
sei quem mais, não me lembro já, com re-  
quintes de ferocidade que sómente se expli-  
cam pela escolha propositada de celeros fei-  
ta em alforjas de cotação elevada.

Era então Governador Civil em Coim-  
b o José Maria Cardoso que era meu amigo;  
procuerei-o para saber o que havia em Lis-

los, tão desrecomendados eram os boatos e as raras notícias, algumas aterrorizadoras. Encontrei-o só no gabinete, recumbente; mostrou-me os jornais com lágrimas nos olhos e quase sem poder falar.

Os jornais diziam que tomara conta do poder o Manuel Maria Coelho com elenco de gente nova e que acalunára a agitação nas ruas; suas a matanças no Arsenal, essa era mais um modo no regime e queia um peschadada. De positivo, parece, nada se sabia, as comunicações foram cortadas e não havia a certeza de os assassinos não andarem à solta por Lisboa e provincia e a eliminárem este e aquelle culto apontado pela conjura negra.

Fui para casa apressivo. Ao jantar recebi um bilhete do Chefe do Est. Maior da Divisão (então o ten. - cor. Carmine Ribeiro do Nobre) convidando-me a ir ao Quartel General. Lá fui, intrigado.

O General, José de Simas Machado estava no gabinete acompanhado pelo José Maria Cardoso e expoz-me as suas apreensões a respeito do que se passaria em Lisboa de onde não vinham comunicações oficiais e pe-

deu-me que fosse no centro da noite,  
 é paisana, mas com farda e uma meleta,  
 saber o que havia e procurar, logo que me  
 riguisse alguma coisa, comunicar para  
 Coimbra.

É claro que não ceciei a cabeça como  
 qualquer camponês desconfiado quando se  
 lhe põe problemas grave; mas disse para  
 comigo que mais uma vez as espigas me  
 caíam nas costas...

Que havia eu de responder? É claro que  
 disse que sim.

O dr. José Cardoso explicou-me depois q.  
 o General ao conversarem sobre a situação,  
 confessara que não sabia a que official con-  
 fiaria a missão pois ainda não conhecia  
 bem a garnição e que ele, José Cardoso, to-  
 mava a liberdade de apontar o meu nome.

Fui para casa, arremei uma farda e  
 meleta velha e lá fui á noite, para a esta-  
 ção com uma guia que dizia ir apresentar  
 me na Repartição do Gabinete da Secretaria  
 da Guerra «em missão especial» por ordem  
 do Commando da Divisão<sup>(1)</sup>

<sup>(1)</sup> Causado esta guia na pasta cit. dos documentos

O comboio ia quase ás moscas; o pessoal ferro-viario nada sabia e eu fui pensando pelo carrinho como me sairia da missão se as feras andassem ainda ás portas. Não dormi. Teu cada estação ia ás janelas da carruagem ver se avia alguma coisa que do pessoal que dos passageiros; mas nada!

Cheguei ao Rio de Janeiro, com atraso, já dia claro; fui pôr a mala na arrecadação dos volumes de mão; saí ao largo de D. João da Câmara e fiquei um tanto emquanto pasmado: parecia-me que Lisboa estava na sua vida normal das manhãs.

Não havia tropa pelas ruas, os electricos circulavam, gente ia aos seus trabalhos, os restaurantes e cafés abertos...

Até mesmo fiquei pasmado e tão pasmado q̄ entrei num café e tomei qualquer refeição quente porque ia com fome e com frio. Depois segui rua do Ouro abaixo, pasmadamente, observando que nada indicava que na ante-meridia uma vida de realidade, de actividade e de saude corria pela cidade.

Cheguei á arcade do Ministerio do Interior e fiquei-me a olhar: numa cadeira de supradar o Manuel Maria Coelho pos-

rapidamente confiou a um polve artista o tratamento das suas botas... Discretam<sup>te</sup> dois guardas á paisana vigiavam a pequena distancia.

Não heritei: puxei da carteira, mostrei a um dos guardas a minha guia e o meu cartão de identidade e dirigi-me ao cor.<sup>al</sup> Coelho, Presidente do Ministerio. Disse-me ao que ia; recebeu-me bem e com ar fatigado e gesto largo que abrangia o terreiro do Paço e as arcadas, disse-me:

— Como vê, meu major, a cidade está em sossego... e vive a sua vida normal...

Traguei com ele ligeiras palavras e perguntei se queria alguma coisa de mim visto dizer-me que as comunicações com o País eslavam a funcionar e a minha missão por isso estar terminada; despediu-me amavelmente e com um aperto de mãos ~~acabou~~ acabou a conversa:

— Dê os meus cumprimentos ao Ximas.

Não quiz ouvir mais... Voltei rua do Ouro acima e fui a estação saber a que horas havia comboio. Partia daí a pouco um para o Porto; requisitei bilhete, fui levantar a mala e eis-me de regresso a Coimbra, moído,

incômodo, e com fome que só no Entron-  
camento consegui em parte apaziguar.

Logo que cheguei a casa tardei-me e fui  
ao Quartel-Gen.<sup>al</sup>; o General Simas Machado  
estava a escrever quando me anunciei; rece-  
beu-me com ar de indiferença quase como  
quem recebe importunos. Ia-me a explicar a  
conversa com o Manuel M.<sup>o</sup> Coelho; mas ele  
cortou-me a fala dizendo que já sabia que  
tudo estava em possego, que já falara para  
Lisboa, etc. e sem um aperto de mão atencio-  
so ou um vulgar "obrigado!" fez o gesto de  
me despedir como a qualquer ordenança.

Ao passar pelo gabinete do chefe do Estab-  
do-Maior mostrei o meu desagrado pelo re-  
cepção e fui ainda ao Governo Civil onde  
desabafei com o bom José Cardoso.

Bem sei que a missão foi ruim; mas  
quando o General me deu a guia de mar-  
cha, a missão era suspeita, desagradavel e,  
poderia dizer, periposa — e tanto assim pen-  
saria que ele não sabia a quem a confiar e  
teve de recorrer ao Governadôr Civil.

Ao menos o General Simas que era  
homem muito educado, poderia ter-me dito  
afavelmente:



— Olhe, major: obrigado e desculpe o incômodo.

Será até o que se diria a um criado... Este caso ficou - me sempre na memória e, como se diz em calão, atravessado.

Depois, com o tempo, o Gen.<sup>al</sup> Simas Machado deu-se bem comigo; fomos até cam-pañeiros no Conselho de Arte e Arqueologia; eu ofereci-lhe qualquer folheto meu - mas fiquei sempre com a pedra no sapato e mais tarde, como contarei no seu lugar, em ves-peras do celebre 28 de Maio, houve desagui-zado que fez cortar as boas relações.

Será o caso narrado na sua altura se a vida lá chegar e os olhos e o pulso derem li-ceuça.

E assim o tempo foi passando na tra-rotina do Grupo de Metrallhadoras quando em Novembro se deu um episódio feio e curioso, se não foi cômico, que sempre vou contar por desfastio.

Sempre tive desprezo por enudecân-ças e nunca pensei nessas honrarias sem significado. Até o que eu observava a tal respeito era o suficiente para não tomar a coisa a sério.

Ora aconteceu que em Novembro recebi da Chancelaria das Ordens Militares um officio que acompanhava, meus meus meus, do que o diploma de Comendador da Ordem de Christo, concedida pelo Presidente da Republica « sob proposta do Ministro da Guerra e aprovação do Conselho da Ordem » no mês de Setembro anterior.

Fiquei-me a olhar...  
 Eu, comendador de Christo como qual-quer brasileiro de terra japonesa que juntou patacos em terras de S. Cruz!

Que se peria o da temeridade?

Fui ter com o Monteiro e perguntei se foi ele o autor da façanha; pelo tom em que fiz a pergunta percebi que a honra que me quizeram dar estava em falso; disse-me que não foi e é possível que dissesse a verdade. O ministro, na data da proposta, era o general Alberto Carlos de Siqueira, meu correligionario; no officio dizia-se que a proposta era dele, mas isso peria a formula burocratica e nada mais.

Enfim, fiquei sem o saber. O certo é que mandei comprar meia-folha de papel selado e em 23 de Novembro escrevi um requerim.<sup>to</sup>

as ministro seu que dizia ter recebido o diploma mas « não desejando aceitar a honra que lhe foi concedida por se não julgar merecedor dela e, ao mesmo tempo, por não estar em condições de fazer face aos encargos do decreto n.º 5633 de 10 de Maio de 1919.» solicitava autorização para « a renúncia de tal honra.»

Quando levei o requerimento ao Montei-ro, lá levei que não gostei e que ainda quiz protestar dizendo que parecia mal, que o ministro não gostaria e outros argumentos mais ou menos parvos; mas eu insisti na entrega do papel e, com efeito, o papel lá foi ao seu destino.

Em meados de dezembro seguinte recebi-me no Grupo com uma nota da 2.ª Repartição da 1.ª Direcção Geral, datada de 15 em que o General Director Geral comunicava que fora deferido o meu requerimento.

O ministro é que já não era, felizmente, o bom Alberto da Silveira. E assim me tive de ver comendador da Ordem de Christó e de pagar os direitos de encarte que ainda eram pesados.

Que diabo é que teria a Christó tentado de me fazer comendador de Christó? me

É o ano de 1921 ia terminar mas veio um acontecimento desagradavel: no dia 26 de Dezembro morreu o General reformado Francisco Augusto Martins de Carvalho, filho do velho e conhecido jornalista liberal Joaquim Martins de Carvalho que na vida e na historia de Coimbra ficou a marcar uma honrosa posição.

O filho, o General, ao mesmo tempo que era liberal, empareirava politicamente com o conselheiro João Franco, possivelmente por influencia do filho Fernando que foi ministro da Fazenda com aquelle chefe politico. Por isso, se a memoria me não atraição, foi reformado quando o ministro Pimentel Pinto quiz limpar o exercito dos adeptos do franquismo.

Salvo erro, comandaou entao o regimento de Inf.<sup>o</sup> n.º 13, em Vila-Real de Trás-os-Montes desde 31 de dezembro de 1901, commando que exerceu por pouco tempo.

Uma vez reformado, regressou á sua terra natal, confinou-se na riquissima biblioteca paterna, no prédio ao cimo da parte lateral da rua do Corpo de Deus e na continuacão d' O Coimbraense; e por se admirar ia trabalhando e facilitando generosamente o

trabalho aos outros, com as facilidades de consulta dos seus livros.

Creio já nestas paginas ter falado dele e confesso ter ficado a dever-lhe muitas atenções e obsequios.

As suas bibliotecas estavam sempre abertas para mim, como se fosse publica; cheguei a confiar-lhe uns manuscritos, por uns dias, coisa que não fazia a ninguém. Quem quizesse consultar, consultasse lá em casa, e eu havia-me sempre em frente da dele para o consultante.

O meu estudo da acção na terra dos Mozaucos em 1828, foi quase todo feito sobre livros e folhetos raros que ele me ia indicando, interessado como ajudava com o meu trabalho.

Era excelente cavagador e por vezes com pontinha de ironia, principalmente se a podia aplicar a qualquer successo politico do regime republicano — com que elle, muito discretamente, não concordava.

Foi em casa tão acolhedora como era a do General, que eu conheci o dr. Antonio Ferrás, ido a Coimbra propositadamente para estudar qualquer assunto cujas fon-

tas não encontrara em Lisboa, nem puz  
na Biblioteca Nacional.

Tentou fazer uma 2.<sup>a</sup> edição do seu Dicio-  
nario Bibliográfico Militar e reuniu enor-  
me material para o qual, seja dita a verdade,  
se concentrou bastante e com a melhor vontade.  
O volumoso manuscrito que constitui esta  
tentativa está arrumado ou possivelmente  
abandonado no Arquivo Histórico Militar e  
está convencido de que ali ficará para ser  
pre-entregue ao caruncho e aos ratos. Ao  
terceiro que já nestas m.<sup>as</sup> memórias fez  
lei de uma deliberação para a publicação fal-  
ta pelo genro o juiz Gilberto de Aragão que  
se aproximou para isso do então sub-secre-  
tário ou já ministro Santos Costa. (1)

O certo é que me peedia bem em casa  
dele; não só pelo ambiente (umas salas  
cheias de estantes a abarrotar de livros, fol-  
hetos, pastas com colleções raras, etc.) como  
pela própria presença do anfitrião, figura  
respeitável, bem educado, e conversador  
emérito em quem transparecia o gosto de re-  
ceber visitantes cultos.

(1) No vol. 1.<sup>o</sup>

Ficávamos, muitas vezes, depois das  
minhas consultas ou leituras, a tagarelar;  
e ele tinha sempre episódios passados que  
contar e certas perguntas para fazer, pois era  
curioso de novidades.

Como estava nos últimos tempos, meu  
prezido em casa porque lhe custava su-  
bir a ladeira que é cypreme, gostava de sa-  
ber o que se passava na cidade e era vulgar  
vê-lo sempre junto a gradeada do prédio, aten-  
to ao movimento da rua e à espera de que  
qualquer conhecido passasse para lhe paciar  
algum tanto a curiosidade.

Assim passou o resto da vida, afinal  
operosa e útil; deixou uns livros de histó-  
ria militar apreciáveis, inúmeros artigos  
históricos no Conimbricense e o volume  
Algumas horas na minha livraria que é ho-  
je muito procurado e valioso no campo da  
bibliografia.

Era, enfim, pessoa muito estimavel  
mas que, pelo seu retraimento começou a  
ser esquecido; e a verdade é que o seu funeral  
foi um vulgar funeral a que compareceram  
as poucas pessoas que dele se aproximavam  
e outras ~~pessoas~~ por certas obrigações sem

impertinencias ou por simples cortezia para com a familia.

Assim passa tudo. Ha pouco, o advogado Antonio de Carvalho Lucas tentou temerario o dever de se celebrar o 1.º centenario do seu nascimento; o apêlo, porém, pôo em vão e ninguém mais, creio eu, falou no assunto. ("

Lisboa:

10 a 26 de Abril

de 1863.



VII

«...é preciso que se pintem os ho-  
meus tais quais have sido...»

Memórias da vida de José Liberato  
Freire de Carvalho, pag. 305.

«L'idée m'est venue d'essayer un  
recit de toute cette histoire.»

Paul Bourget: La Duchesse Bleue  
pag. 1.

Agora talvez seja a ocasião de lembrar  
uma instituição a que me vi ligado sem eu  
querer nem mesmo desajar e na qual se des-  
envolveu um episódio infeliz da minha vida,  
episódio que se dando amargos de boca não  
só a mim como a outros que os sentiram por  
minha culpa.

Refiro-me ao Conselho de Arte e Arqueo-  
logia da 2.<sup>a</sup> Circunscrição com sede em Coimbra  
— do qual irei falar conforme a memória e

cujas notas colhidas ha uns doze annos nos restos do arquivo que escapáraem ao incendio no Ministerio da Instrução e Educação (como quizereem) Nacional.

O Decreto de 26 de Maio de 1911 (1) que reformou e organizou os serviços artisticos e arqueologicos, criou Conselhos de Arte e Arqueologia em Lisboa, Porto e Coimbra.

A intenção de quem fez a reforma foi a de dar realidade a muitas aspirações de artistas e criticos de arte no que tocava á conservação de monumentos, á criação de museus, ao possível inventario da riqueza artistica e arqueologica do País; e assim, a divisão do territorio continental em 3 circunscrições descentralizava da capital esses serviços e facilitava a fiscalização e cumprimento das disposições legais.

Teriaram-se, pois, as 3 circunscrições.

A segunda correspondia aos distritos de Aveiro, Coimbra, Vizeu, Leiria, Guarda e Castelo Branco e o Conselho era formado por vopais efectivos, correspond<sup>tes</sup>, honorarios e auxilia-

(1) Diario do Governo, n.º 124 de 29 de Maio.

res e cabiam-lhes largas funções e obrigações — como estudar, conservar e enriquecer as collecções de museus; adquirir obras de arte e peças arqueológicas para os mesmos; classificar os monumentos, velar pela sua conservação e propor reparações ou restaurações; promover conferencias; averiguar o que houvesse de valor artistico ou archeologico; dar parecer acerca de todos os assuntos de arte e archeologia submetidos á sua apreciação, ou conselho, etc.

Era, pois, larga e pesada a função dos Conselhos. Porém, o legislador não se lembrou de fazer de propósito, de facilitar com a mesma largueza, ~~com~~ com que impunha obrigações, os meios de as cumprir.

Praticamente, os Conselhos só tinham a função de dar pareceres sobre assuntos que se lhe apresentavam — e pouco mais.

Além disso, a centralização era forte e os Conselhos, verdade, verdade, para pouco valiam.

Finalmente, por disposição do art.º 18.º do Decreto cit.º uma Comissão Executiva com cinco vogais para direcção superior do Conselho e outra (art.º 19.º), Comissão dos Monumentos

para sua classificação, reparação e possível restauração

Tudo isto estava muito bem se não fosse mais teórico (ou somente teórico) do que prático, pois nada se podia fazer sem autorizações superiores e muitas feias de secretaria vinham impedir toda a iniciativa que parecia estar nas boas intenções de quem legislou.

Os Causellos (a avaliar pelo da 2ª Circunscrição) foram, pois, mais umas estações causellivas do que outra coisa com a agravante de que as opiniões emitidas e sugestões apresentadas raramente serem acatadas superiormente e em regra postas de lado.

Mas, enfim, o Causello da 2ª Circunscrição constituiu-se com os vogais seguintes: Dr. Julio Augusto Henriques, Dr. Antonio Garcia Ribeiro de Vasconcelos, Dr. Joaquim Mendes dos Remedios, Dr. Manuel de Silva Gaió, Eupenio de Castro, Dr. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, Dr. Antonio José Gonçalves Guimarães, Dr. Augusto Mendes Simões de Castro, architecto Augusto Carvalho de Silva Pinto, Albino Caetano de Silva, João Augusto Machado, Prof.<sup>o</sup> João Luis Mendes Pinheiro,

Luis Augusto Pereira Bastos (1) e José Pereira Dias, Dr. José Antonio de Sousa Nazare e o director do Museu de Machado de Castro (creado pelo art.º 39 do cit.º decreto) Antonio Augusto Gouveias.

Esta composição de moleres intelectual e official (ou jarrões para preparar termo fricasesco) e Povo sem pretensões, foi defeituosa como era facil de ver; alem disso a quase totalidade dos jarrões era adversa ao regime e, dentro dos preceitos naturais, não deixariam de fazer finca-pé em tudo ou quase tudo para que a nova instituição não desse o resultado desejado.

E depois, o professor universitario com sítua classe muito á parte que não gostava de empareceirar com gente sem capelo.

Mas, enfim, mal eu tive, realizou-se a 4ª sessão em 32 de Agosto de 1911 com reduzido numero de vagas — o que já foi sintomático. Compareceram Dr. Julio Fleuriques, Antonio Augusto Gouveias, Alvaro

---

(1) Professor cu.º distincto de desenho, na Universidade, já aposentado e bastante velho. Morreu em Fevereiro de 1912 e creio que nunca compareceu ao Conselho.

Caet.º da Silva, João Augusto Machado, o Dr. Mendes dos Remedios e o architecto Silva Pinto.

Elegem-se a mesa que ficou constituida pelo Dr. Julio Henriques, Presidente; Dr. Antonio de Vasconcelos, Vice-Presidente; Dr. Mendes dos Remedios, Secretario; e Manuel da Silva Gaió, Vice-Secretario<sup>(1)</sup>; e a para a comissão executiva foram eleitos, além do Presidente (Dr. Julio Henriques) Antonio Augusto Gonçalves e o medico José de Sousa Nazaré.

Com esta mesa e a comissão executiva, o Conselho começou os seus trabalhos de organização dentro, como disse, das limitações impostas pelo estatuto e pelas repartições superiores. Todavia, naturalmente hesitantes, os primeiros esforços tentados, no sentido da conservação dos monumentos, foram dirigidos para o convento do Clerical do Campo (Cec.º de Dombal) e para o de S.ª da Conceição de Tentugal e ainda para o casarão do Paço Episcopal destinado ao

(1) Aprobadas por Portaria de 24 do mesmo mês de Agosto (Diario do Governo n.º 205)

futuro Museu de Machado de Castro — o sonho de António Augusto Gonçalves.

Em 1912, Setembro, o Conselho foi aumentado com o vogal Cypriano Paulo de Barros, então director das Obras Publicas em Coimbra, certamente escolhido por causa das reparações e ampliações necessarias ao novo museu ainda nessa altura dependente da Direcção das Obras Publicas do Distrito e couveria ter mais á mão o responsável.

É em 1913, no mês de Junho, foi eleito vogal honorario o velho farmacêutico e capitalista Manuel Augusto Rodrigues de Silva que tornou possível com o seu dinheiro por empréstimo sem caução e sem juros, a primeira instalação, embora deficiente, de parte do Museu de Machado de Castro no edificio do Paço Episcopal, enquanto as verbas devidas e prometidas pelo Estado se não regularizassem e fossem recebidas.

É curioso aqui lembrar umas circunstancias interessante relativamente á instalação do Museu que só foi aberto ao publico em 31 de Outubro de 1913.

Oficialmente, o Museu de Machado de Castro começou a ser instalado e as obras foram

se fazendo para ampliação do edificio sem que houvesse um diploma official que os autorizasse. O Antonio Augusto Gonçalves que iria começar a instalar o museu e a transferencia do edificio que pertencia ao Ministerio da Justiça não havia maneira de se fazer para o Ministerio do Interior por onde corriam ainda os serviços de Instrução.

Com a natural tara profunda politica que então absorvia as atenções simplesmente tirava importancia á creação dum Museu...

O Gonçalves andava arreliado e foi o Rodrigo da Silva quem, com o seu feitiço autoritario, mas pratico, começou a dizer - lhe que se não importasse com formulas, que andasse para deante, que sechesse as salas do edificio com todos os objectos de arte que tinha á sua mão e veria como simplesmente daria por isso.

E na verdade creio que simplesmente deu pela occupação do Paço Episcopal sem haver qualquer formalidade que a officializasse - e, francam.<sup>te</sup>, não sei se até hoje alguém deu por isso e se, de futuro, poderá haver qualquer complicação, especialmente com a Fazenda.



Na sessão de Junho de 1913, tratou-se, pela primeira vez, do caso da Igreja de S. Bento ameaçada de demolição, problema já muito debatido em que entrou, infelizmente, a auctoria de chefia politica do Alvaro Dias Pereira — que veio a ser, mais tarde, um dos culpados do desaparecimento do edificio que era exemplar unico de certo passo da evolução do Renascimento em Portugal.

A este caso da Igreja de S. Bento está ligada o nome do Dr. Ant.º Garcia Ribeiro de Vasconcelos como em tempo aqui referi com certa minucia... confidencial. (1)

Em Novembro do mesmo anno o Com.º do Dr. Augusto Mendes Fimões de Castro levantou outro problema que veio depois a dar auge a boca ao Conselho: o da protecção à Quinta de Santa Cruz que por si mesma era cedida abusivamente para diversões nocturnas que evidentemente ultrapassavam bastante e, em boa verdade, não muito proprias em tal «parque» como agora lhe chamam com pouca propriedade.

O Conselho procurou remediar esses

(1) No vol.

males, em Janeiro de 1814, com uma representação escrita pelo Dr. Mendes dos Remedios e depois publicada em opusculo.

Não foi, parece, atendida.

Em Novembro de 1813, quando fallecesse o bispo de Coimbra D. Manuel Correia de Bastos Pina, a quem o decreto de 26 de Maio de 1811, pelo art.º 39, deixara a direcção do Museu de Arte Antiga (vulgarmente conhecido pelo Museu das Pratas), este passou para a superintendencia do Conselho de Arte que, em sessão de 23 daquele mês, tomou resoluções e na sessão seguinte de 14 de Dezembro, resolveu expor superiormente a necessidade da mudança daquela rica collecção de arte sacra para a Igreja de S. João de Almedina, então devoluta, que poderia ser apropriada convenientemente como depois foi.

Este caso da Igreja de S. João de Almedina deu depois origem viva provocada pelos reaccionarios que aproveitaram a brecha para mais um novo ataque ao regime. Não me recordo já dos tramites da questão; mas como me não envolvi nela não tem aqui muito lugar, mas lembro-me de que ainda incorrodou alguma coisa.

Em 1814, o Conselho encetou correspondência com o pintor Luciano Freire para a restauração de varios quadros do Museu; e, na realid., devido ao saber e honestidade do illustre artista, bastantes foram restaurados e lá estão, nas salas, para regalo dos olhos.

Ainda nesse anno, no mês de Maio, representou superiormente acerca de necessidade da reparação ~~do~~ e conservação da bella Igreja da Pedrinha — mas não deram resultado as representações tem fundamentezadas. Este assim, muitos annos a arruinar-se; quando passava na estrada, durante a m.<sup>a</sup> peregrinação em Leiria, sempre notava a bella ruina ruinosissima e me lembrava dos inuteis esforços do Conselho. <sup>(1)</sup>

Passado o anno de 1815, em que não encontrei resolução digna de referencia, deu-se certo impulso, no anno immediato, ás propostas e diligencias possivelmente devidas ao dr. João Rodrigues da Silva Couto, rapaz novo, emprendedor e muito

---

(1) Creio que foi recentemente restaurada e aberta ao culto [Nota aos 10-Março-1864]

impulsionado pelo tio e padrinho, Manuel Rodrigues da Silva.

Foi eleito, o dr. João Couto, em 15 de janeiro de 1815 e quero crer que a ele se deve não as diligências no sentido de se reparar e, sendo possível, restaurar, os castellos da Feira (sessão de jan. de 1816) e de Leiria (Idem de Março) bem como reparações para conservação da Igreja matriz de Gois (sessão de Outubro.)

E nesse mesmo ano, em julho, o Conselho renovou os protestos contra a cedência da Quinta de S.<sup>ta</sup> Cruz para folgedos noturnos — protestos, não só não atendidos, como mal vistos pela maioria da opinião publica, mais ou menos formada pelos jornais da cidade, que parecia ver nellos apenas um entrave ao progresso e ao deseenvolvimento juridico da «nossa querida Coimbra» como era uso dizer-se.

Esse aspecto da questão era antipatico; não sei que interesses havia debaixo de cápsa; o que sei porque me lembro bem é de que a Imprensa (a «nobre missão» da Imprensa) desenvolveu ataques injustos e baixos contra quem procurava salvaguardar

o belo e agraçavel recreatório dos terzios, das peluquias e estropos naturalmente ocasionados pelos folgedos.

Enfim o episodio foi elucidativo para se avaliar a categoria dos «jornalistas» conimbricenses arvorados em mentes e inspiradores da opiniao.

Ora por essa altura deu-se uma grande transformação no Conselho — transformação cuja causa nunca cheguei a saber com verdade.

Essa causa, porém, não deve andar ao longe da politica reaccionaria. Quase de repente, a maior parte dos vogais se pediu a demissão ou se afastou sem dar qualquer especie de explicação; e esses vogais que assim procederam eram quase todos os mais reputados javões ou seja os mais qualificados conservadores e alguns deles bem conhecidos reaccionarios.

Assim, o Dr. Julio Henrique solicitou a exoneração de presidente, cargo que, sem controvérsia, honrou; e deixou de comparecer às sessões, bem como toda a mesa, nos comços do anno de 1917; em consequencia da

que foi eleita nova mesa <sup>(1)</sup> que ficou assim constituída: Presidente, o Dr. Joaquim Martins Teix.<sup>o</sup> de Carvalho; vice-presidente, o Dr. Augusto Mendes Simões de Castro; secretários: o architecto Augusto Carvalho da Silva Pinto e o Dr. João Rodrigues da S.<sup>a</sup> Castro, ambos cheios de boa vontade e iniciativa.

O Conselho ficou ainda reduzido com a saída de outros vogais: o Dr. Gonçalves Guimarães, Eupercio de Castro, Manuel da Silva Gaió e o medico José de Sousa Nazare, solicitada em officios de Junho e Julho do mesmo anno de 1817; e tambem com o afastamento do professor Mendes Pinheiro (que raras vezes comparecia) e dos doutores Antonio de Vasconcelos e Mendes dos Remedios que parece não tiveram coragem de pedir a demissão porventura em homenagem ás velhas e boas relações com o Antonio Augusto Gonçalves.

Foi quase em descalço que, por se dar duma assentada e por vogais, todos eles

(1) O Dr. Julio Augusto Fleuryes só pediu a demissão de vogal em 6 de Abril de 1819 alegando aliás justificadamente o seu precario estado de saúde.

adversarios ou não concordantes com o regime; procuráram-se explicações, mais ou menos aproximadas da verdade e o certo é que o Conselho ficou privado do concurso de creaturas que dentro das formulas vulgares davam prestígio á instituição se bem que não prestassem a assistência concreta e assidua de que lá precisava.

Deveriam elles dar cabo do Conselho para se dizer que sem os jarrões a Republica não tinha quem a servisse no sector das Artes e de Arqueologia?

Salta-se lá! ... Com tal gente, sem carga das afirmações, tudo é possível.

No entretanto, procedeu-se ao preenchimento das vagas abertas; e foi então que na sessão de 5 de Agosto ainda do mesmo anno e por proposta do João Couto, eu fui eleito vogal; e na mesma sessão por proposta do Dr. Teix.<sup>o</sup> de Carvalho o vogal honorario Manuel Sup.<sup>o</sup> Rodrigues da Silva passou a vogal efectivo.

E na sessão immediata foram eleitos mais os seguintes vogais: o exper.<sup>o</sup> Abel Dias Urbano, o professor Alberto Cupertino Pessoa (da Facul.<sup>o</sup> de Medicina) e Silvio Felicio Lopes

de Oliveira Neto (Da Escola Industrial Brotero) e o publicista José Tomás da Fonseca (Da Escola Normal Primária).

Com excepção do sr. Abel Urbano, os novos vogais eram todos das "esquerdas", e não sei se a escolha e a admissão do Tomás da Fonseca daria orgulhos a muito boa gente.

Mas, enfim, passado o período de reconstituição, continuou-se a trabalhar com a mesma atenção e boa vontade a respeito dos monumentos. E assim se conseguiu a reparação do pelourinho e Casa da Câmara de S. Vicente da Beira<sup>(1)</sup>; lançou-se em ta campanha a favor da chamada Capela de Besenheiro na Igreja de S. Domingos, na rua da Sofia, transformada em depósito de carvão; a campanha foi garfiada e cuidadosa mas, infelizmente, sem resultado. A nota nel capela lá continua abandonada, exposta a todos os estragos.

A Junta de S.<sup>ta</sup> Cruz voltou, de novo,

(1) Em Novembro de 1817 foi lido em sessão, um agradecimento do escriptor Filizolito Raposo, natural daquela vila de Beira-Baixa, que provocara as diligencias do Cancellho.



á discussão por causa da nenhuma alicação que as entidades oficiais davam ás razões apresentadas pelo Conselho. Igualmente a instalação do Museu de Jurisprudência, Têxtil e Bordado, creado pelo falecido Bispo, em local anexo ao de Machado de Castro voltou a ser tratado sem caso sobre os pontos de menor importancia, sempre ventilados e expostos com exatidão e fundamentadamente.

No subrepto, mais rapais iam sendo, aos poucos, propostos e aprovados anteriormente: o dr. Gumerindo Sarmento da Costa Lobo como representante d' O Instituto de Coimbra; Augusto Casimiro; o dr. Vigi-lio Correia; o professor de Geosina Nacional Alvaro Viana de Lemos; e o Secretario General do Gov. Civil, Gacharel Antonio Luis da Costa Rodrigues.

Este recrutamento de rapais do Conselho continuava a ser suspeito... Tirando o bom dr. Gumerindo que embora nunca se manifestasse, era sinceram. conservador; os outros eram ás claras da ala esquerda.

Mas que fazer? Os jarraes ~~conservadores~~ prováram que se não podia contar com eles;

havia, pois, que passar sem Suas Excelências e continuar a fazer alguma coisa dentro das limitações burocráticas impostas pelas leis, pelo ambiente político e por certo desinteresse dos governantes.

Ora por essa altura, com a boa vontade manifestada pelos novos vogais, pensou-se em constituir um Grupo dos Amigos do Museu Machado de Castro; depois de algumas conversas, ficou assente em 30 de Maio de 1920 a organização do agrupamento que admitiria toda e qualquer pessoa e ficaria a trabalhar mais ou menos ligado ao Conselho de Arte.

Naquele dia resolveu-se que na próxima reunião se discutiriam os estatutos e q. eu ficasse secretário do Grupo — missão que tive de aceitar.

Na verdade, na sessão seguinte aos 6 do mês de Junho discutiu-se parte dos estatutos e elegeu-se presidente da direcção o Dr. Augusto Mendes Simões de Castro e tesoureiro Manuel Augusto Rodrigues da Silva. E segundo umas notas q. encontrei resolvi-me, na mesma sessão, agradecer ao Ministro da Instrução a próxima doação de

3 contos de reis para instalação do Museu de Arte Sacra anexo ao Machado de Castro e agradecer também a adesão ao Grupo do Sr. Francisco José Fernandes Costa não me lembrero na mesma altura ministro de qualquer coisa.

Em 13 ainda de Junho, dia do taumaturgo S.<sup>o</sup> António continuou a discussão dos estatutos; e...

E... os meus apontamentos de secretários, e a própria memoria, não dão mais qualquer noticia do Grupo. Não me lembro já bem do que se passou; contra o meu costume, deixei meus apontamentos tão escassos que mal auxiliam a memoria.

Mas quero crer que a discussão de meia dúzia de artigos do projecto dos estatutos se ria a causa do malogro da tentativa.

A discussão durante três sessões de um resumido projecto estatutário, revela que os agraçados não se entendiam m.<sup>to</sup> bem...

Como disse, já me não recordo bem do que se passou; mas é possível que as coisas não andassem m.<sup>to</sup> longe disto; desintelligencias, algumas teimosias e

talvez pouco interesse — o costume em casos idênticos. O certo é que nas minhas notas não ha mais rinal de trabalhos; e apenas couren ro uns exemplares de circular de convite e um do projecto dos estatutos para recor dação. <sup>(1)</sup> E assim, em 3 semanas, nas- cou e morreu o Grupo dos Amigos do Mu- seu Machado de Castro que poderia prestar alguns serviços.

Nesta mesma altura, com a aproxima- ção dos folgedos dos tres santos festeiros, voltou a falar-se da cedencia da 2.ª de 8.ª Cruz para os divertimentos de São João e dias seguintes. O Conselho resolveu, mais uma vez, chamar a atenção da Camara Municipal para os inconvenientes dessa ce- dencia.

Fez-se uma representação redigida pelo velho Gouveia, um pouco aspera, na verdade, como era proprio do estilo incon- fundivel do autor; mas a verd.ª. Também é que na sessão de 20 de Junho em que a re- presentação foi lida e aprovada, assiná-

<sup>(1)</sup> Estão na pasta dos documentos.

nam- na todos os presentes entre os quais  
o Prof.<sup>o</sup> Luciano Pereira da Silva recen-  
temente eleito e que, pela primeira vez, com-  
pareceu.

Essa representação foi mandada, em  
resumo para a imprensa local; mas por  
qualquer constrangimento ou inadvertência do  
secretário que era então o Dr. João Couto,  
a representação dirigida à Câmara foi en-  
trege ao seu presidente, e sem as forma-  
lidades devidas, depois dos jornaes terem  
publicado o resumo.

Era então Presid.<sup>te</sup> do Municipio o Pro-  
fessor de Medicina João Duarte de Olivei-  
ra, creatura um pouco grosseira e que  
não sei porque, não gostava do Mestre An-  
tonio Augusto Gonçalves. É claro que  
apesar de certo numero de assinaturas que  
estavam no papel, o homem encabeçou  
tudo no Gonçalves, isto é: responsabilizou-  
o pela diligencia que se fazia em favor da  
C.<sup>a</sup> de S.<sup>o</sup> Luiz e não esteve com medidas  
didas: respondeu em officio datado de 5 de  
Julho ao mesmo tempo que o fez publicar  
em folha solta tapamente distribuída à  
custa, e' claro, dos cofres camarários.

A resposta era violenta, mal creada e não correspondia ás intenções do Conselho. Causou pessima impressão em todos e na sessão seguinte, aos 13 de Julho, resolveu-se não responder ao Presid.<sup>te</sup> da Câmara e informar o publico, por meio de um opusculo, acerca da acção do Conselho e expor as razões que lhe assistiam para fazer qualquer commentario ao officio do Dr. João Duarte de Oliv.<sup>o</sup>. Transcreviam-se documentos e encerrava-se (ou procurava encerrar-se) o incidente para o não agravar.

O Presid.<sup>te</sup> da Câmara, contudo, não se calou. Na vereação tinha creaturas q. não compreendiam as intenções do Conselho e possivelmente teriam feito ver que havia politica ~~no~~ no caso — tanto mais que Ant.<sup>o</sup> Augusto Gonçalves era a pessoa visada como o responsavel pela catirrice. O certo é que saiu novo folheto escrito com violencia desusada e em termos nada correspondentes á posição do autor.

Chamava a Gonçalves « energu-me no meu pejo » que arrastou o Conselho a tal situação; e usava de objurgatorias pro

prais de creatura sem educação que não  
sabia medir as conveniências.

O folheto causou perplexação e, em certos  
sectores, devo dizer, causou regozijo pois  
se punha em foco o velho Antonio de  
gustó sobre quem a opinião quase geral  
lançava as culpas e acusações de dominar  
absolutamente as vontades dos vogais do  
Conselho.

Tracou as más vontades espalhadas con-  
tra o insigne Professor e certos despeitos  
contidos á espera de uma abertura; e o mo-  
mento foi excelente ocasião para se alar-  
gar facilmente o acutilo do conflito.

E na verdade conseguiram tomar o  
episodio muito e muito desagradavel; o  
folheto era mais dum varredor de feira do  
que dum professor universitario que pre-  
sidia a uma Câmara de cidade de certa  
importancia. E depois, nas distribuições tão  
ordinarias evolvia membros do Conselho  
com grandes serviços á Câmara como o  
velho e erudito Dr. Augusto Mendes Simões  
de Castro, o Dr. Teixeira de Carvalho, o ar-  
tista João Machado, o architecto Silva Pin-  
to, merecedores de mais respeito.

O Conselho resolveu não tomar conhecimento do opusculo e abandonar a questão. O velho Gonçalves, porém, e' que se não conformou e considerando-se o unico offendido, saiu a' estacada com o rom-pante que lhe era peculiar e lançou no ro folheto em estilo trilhante e inconfundivel — a que o Dr. Duarte de Oliv. ainda respondeu, em linguagem impropria, perfeitamente de garoto ordinario.

Foi um dize-tu-dizei-em que ia a descaular em tuta de arrieiros, mas que ter-minou por interferencia do bom senso de amigos comuns. <sup>(1)</sup>

O episodio deu causa a duas iniciati-vas: uma foi uma homenagem, especie de desagravo que um grupo de amigos

(1) Salvo erro, a bibliografia da questão sera esta: 1) Officio enviado á Camara Municipal de Coimbra pelo Conselho de Arte e Arqueologia de Coimbra; — 2) Folha solta com o officio do Presid. da Camara Municipal ao Conselho de Arte e Arqueologia; — 3) O Conselho de Arte e Arqueologia em defesa do Parque de S.º Luiz, folheto; — 4) O Conselho de Arte e Arqueologia em defesa do Parque de S.º Luiz? Não! Mas sim: O Conselho de Arte e Arqueologia em ataque á Camara Municipal de Coimbra, 1 folheto; — 5) al' Gloria da



de Ant.º Augusto Gouvêas promoveu e veio a realizar-se em 31 de Julho de 1921 com certo brilho e proteridade. — De que um volume comemorativo pode dar alguma ideia; (1) a outra iniciativa foi a de constituição de um Grupo dos Amigos do Parque de S.ª Cruz para o qual se fizeram uns estatutos de que possuo um exemplar impresso que calcule de extrema raridade — se não for exemplar único. (2)

Não me lembro já bem; mas se me não enganar, o Grupo não passou de uma boa intenção de meu Tio Albino Castano de Silva e de um ou outro vogal do Conselho

Verenças Camararias de Coimbra. Homenagem (...) de A. A. Gouvêas. 1 folheto; — 6) O Sr. A. Gouvêas. Correção educativa a um provocador (...) de J. Duarte de Oliveira. 1 folheto. Trecho que está completa. Posso ter estas espécies.

(1) Homenagem a António Augusto Gouvêas. 31 de Julho de 1921. Imprensa da Universidade, Coimbra, 1923. Volume in-4º, papel de lúlio, de 95 pag. com gravuras fora do texto. Se não erro, tiraram-se 300 exemplares.

(2) Folha de 0,183 x 0,154 com os Estatutos que constavam de 6 artigos apenas. Impressa na Tipogr. Auxiliar de Escribas. Está guardada na pasta dos documentos.

mas não chegou a ter concretização. Ficou no projecto dos estatutos e na boa vontade de alguns.

O Conselho, é claro, continuou com os seus trabalhos e nesse altura havia o problema da instalação do chamado Tesouro de S.º na Igreja de S.º João de Alameda.

Os esforços e a boa vontade de todos e em especial do velho Gonçalves, não foram atendidos e compreendidos suficientemente; alguns objectos da riquíssima colecção começavam a deteriorar-se e as de louças ameaçavam outros da mesma deterioração.

Antonio Augusto Gonçalves saiu à escaada, bravamente, como era do seu temperamento, não só para levar responsabilidades como para ir contra insinuações maldosas espathadas na cidade. Em folha avulsa, desafiou...<sup>(1)</sup>

Câmara foi sempre assim. Essas maldosas insinuações eram acolhidas com

(1) Folha solta com data de 4 de julho de 1920. Ver a Tentativa Bibliográfica de Mestre Antonio Augusto Gonçalves por Ant.º Gomes da Rocha Madalil, p. 12.

regosijo em certos meios; e o auxilio moral que seria natural surgir perante tão importantes problemas de arte, foi coisa que não appareceu, alean do muito reduzido circulo de amigos.

É deo acrescentar em abono da verdade que depois da questão com o dr. João Duarte de Oliveira a traz referida e desta arremetida de art.º Augusto Gonçalves por causa do Tesouro de S.º, muitos dos componentes do Conselho e do grupo que aos domingos apparecia no Museu, foram-se afastando discretamente para se não comprometerem...

Um que deu mais na vista foi o dr. Luciano Pereira da Silva que a varias pessoas declarou não voltar ao Conselho. Era um comodista verdadeiro.

Ficaram, felizmente, o fizio, em bons paucos.

É a Imprensa, e tal «alavanca do Progresso e da Civilização» era em Coimbra verdadeira. É inferior, subordinada aos interesses dos proprietarios dos jornais e á falta de caracter de seus plummittivos que se arruam em jornalistas.

Essa « imprensa » merecia bem, como escreveu, com justiça, Cesario Verde em uma das suas poesias - desabafo:

«... . . . . A Imprensa (1)  
« Vale um desdém polemico... »

Entregue aos seus interesses nem sempre limpos, os chamados « jornalistas » sentiam o prazer dos insignificantes ao verem o homem superior que era cont.º Augusto Gonçalves debater-se com dificuldades e, ainda por cima, maltratado e exonerado.

Mesmo hoje, apesar dos 40 anos passados e dos meus do e tal Inverno me dá um certa indiferença perante malféitorias de obscuros marionetas, visto por essa imprensa (que não merece nenhuma) o mais sincero desprezo.

Mas continuemos. . . . .  
Ainda nessa altura, o claustro da Igreja de S.<sup>ta</sup> Clara chamou a atenção e cuida dos do Conselho que expõe (aliás seu exil) os perigos de infiltração de água das chuvas

(1) Na poesia Contrariedades a pag. 75 da Obra completa de Cesario Verde.

em certos pontos e da permanência n'ella  
duma unidade militar que lá instalou ca-  
rernas e arrecadações com varios e ma-  
nifestos prejuizos.

Passadas estas barbaças infelizes que  
depozeraem com clareza contra a compren-  
são dos assuntos de Arte por parte das  
estações officiais e da burocracia ou quasi to-  
talid. da chamada «opinião publica» co-  
municou-se, outro conflito surgiu pelo  
mês de Março de 1921 que teve passos de  
certo ridiculo.

A casa bancaria Pinto & Souto-Maior,  
que comprára o predio da esquina norte  
da rampa que da rua de Ferreira Borges pó-  
te para a de Suelera-Costas e na parte de  
Kraz Liza com o arco da barbacã da grande  
entrada da fortificação de Almeida, requereu,  
com o novo projecto de frontaria, a  
demolição pura e simples desse resto da  
entrada medieval da cidade.

A Câmara autorizou...

O escriptor Paeta Manuel de Silva  
Gais e o engenheiro Abel Dias Urbano to-  
máram a iniciativa duma representação  
á Câmara que foi coberta (não sei como)

por muitas assinaturas. Ao mesmo tempo o Conselho, para evitar mais conflitos com a Câmara, limitou-se a expr<sup>r</sup>, dentro das formulas e superiormente, a necessid.<sup>de</sup> de se considerararem os arcos, chamados de Alameda, monumentos nacionais.

A Câmara, porém, não tomou conhecimento official destes dois documentos.

Felizmente, na imprensa de Lisboa levantou-se o assunto; muitos naturaes ~~em~~ nas Letras, nas Artes e Ciências lauraram o seu protesto publico; no Parlamento houve quem levantasse a voz não sei se apenas pro-forma; no entretanto, algum resultado se tirou pois pelo Decreto n.<sup>o</sup> 7552 de Junho desse anno de 1821, baseado na proposta do Conselho foi considerado monumento nacional «o Arco Pequeno de Alameda.»

Esta expressão Arco Pequeno do Decreto tem uma historia que, por curiosid.<sup>de</sup> apenas, aqui fica.

Quando no Conselho se discutia o assunto o Abel Urbano chamou ao arco a «barbacã» da Porta de Alameda. O velho Gonsalves protestava, não admittia essa designação para o elegante arco que se vê

com tanto agrado da rua de Ferreira Bar-  
ges. O Urbano, cer.<sup>al</sup> de Supenharia co-  
mo era, explicou o que era uma barba-  
ca nas fortificações medievais; o contên-  
dor, porém, não se convencia e os rapais  
presentes não quizeram tomar posição na  
contenda.

Eu referi, pacatamente, a opinião  
do supenhario convencido que Mestre  
Gonçalves me surtira...

Sual!... A representação redida  
nessa mesma pessoa, teve que mencio-  
nar simplesmente o «Arco Pequeno»  
para contemporizar com a caturrice do  
velho Professor. O caso não merecia ques-  
tiunculas e respeito - se a vontade do im-  
perme Mestre.

Eu, porém, no dia imediato ou man-  
tinha qualquer requinte, fui ao Museu de  
Machado de Castro com uns tratados de histo-  
ria da fortificação e procurei convencer  
o velho amigo de que o Abel Urbano está  
na dentro da razão. Eu reconhecia que  
ele tinha m.<sup>ta</sup> estima por mim e que me  
ouvia com atenção; expliquei-lhe, pois, o as-  
sunto e pareceu-me que perante a clara

exposição que lhe fiz, ficaria convencido. Não souso, contudo, afirmar que o teria convencido.

Antonio Augusto Gonçalves era pessoa de extrema delicadeza; e perante a minha auctavel diligencia era incapaz de se mostrar remittente, como quem não acreditava nos argumentos apresentados. Ouviu, ouviu atentamente enquanto limpava a bochecha da nicotina dos seus constantes cigarros; agradeceu, mas teve o cuidado de não emitir opinião.

Por isso disse não ter a ousadia de afirmar que o deixei convencido de o «Arco Pequeno de Aluedina» ser a verdadeira.

Atinda nesse mesmo anno de 1925 fizeram-se certas diligencias relativas á protecção devida aos tapetes antigos da Igreja de S. Cruz. E' claro que o Conselho, só por si, não era ouvido.

E assim successivamente, sem vacillação possível. E' certo que o ambiente politico não era o melhor para, com serenidade e bom senso, se tratarem assuntos de Ar-



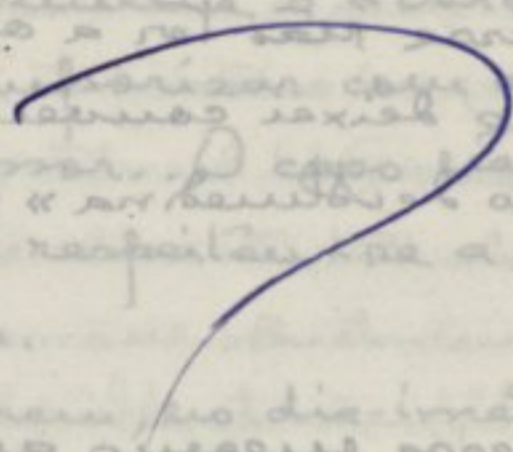
lá e Argemostopis; mas... com todos os  
diabos!... não se poderia abrir um pa-  
rêntese, por uns minutos, e olhar a sério  
p<sup>a</sup> as representações do Caserão?

Descaucêmos um pouco — que isto  
não vai a matar.

Listas:

3 a 25 de junho

de 1963.



[Faded handwritten text, likely bleed-through from the reverse side of the page, mostly illegible due to fading and the blue scribble.]

...mas, quando se trata de...

### VIII

« O pano da obra tem dado de si e acho-me, contra a m.<sup>a</sup> expectação, com mais do que para mangas. »

Alm.<sup>o</sup> Garrett: Cartas íntimas, 36

« Muitas vezes fez dano trazer de novo á juiza negócios pesados quando o tempo os tem sepultados. »

Fr. Luis de Sales: Hist.<sup>o</sup> de São Domingos, liv.<sup>o</sup> III, cap. 14.<sup>o</sup>

Floja, passada mais de quatro décadas, recompilando a riquíssima serie de episódios deste genero que não vale, verdadeiramente trazer á juiza, ocorre-me perguntar se a indiferença das estações superiores perante os esforços do Conselho não seria propositada.

A burocracia, todo aquelle pessoal instalado comodamente nos Ministerios por que passam estes assuntos, seria ainda, na

quase totalidade, da Monarquia; a cons-  
piração surda era permanente e quem se-  
be se toda essa gente, inspirada por mão  
oculta que subtilmente e inteligentem.<sup>te</sup>  
manobrava na pomera, ia demorando ou  
pegando as polícias bem intencionadas,  
à espera de melhores dias — ou seja á es-  
pera de situação politica favoravel.

Essa situação politica, afinal, veio co-  
mo se sabe, depois de 28 de Maio para en-  
tão se fizeram á larga todos os melharam.<sup>tos</sup>  
desejados que atestassem a incapacidade da  
Republica e exaltassem os salvadores da  
Nação, os mandatarios da Companhia de Je-  
sus que ainda hoje são os donos de nós todos  
e continuarão a pé-lo.

É possível que esta opiniao que aqui  
estou a expôr, mal humorado, em dia ab-  
jadico de Crovada,<sup>(1)</sup> seja subtil e provoca-  
da pela velha fobia á Companhia falsa do  
Com Nazareno; é possível que haja exapero  
é má vontade — mas deixo ao Futuro  
dizer de sua justiça e quero crer que esta não  
audará m.<sup>to</sup> leupe do que digo.

(1) Em 26 de Junho de 1863.

No verão desse ano de 1921, aos 20 de Junho, o Conselho perdeu o seu Presidente, o Dr. Joaquim Martins Teix.<sup>9</sup> do Conselho que morreu com pouco mais de 60 anos, quando ainda havia muito para esperar das suas raras qualidades de artista e de erudito. Terei que ao tempo destas fastidiosas memórias terei falado, por vezes, deste notável professor e homem de letras, não me lembro terei já; mas sempre direi agora que, de facto, a sua morte deixou certo vácuo nos sectores da crítica de Arte e no de investigação histórica e ainda como escritor interessante e de estilo próprio.

Tera dotado de inteligência superior, e agudera de vista em problemas de Arte e sempre meiri dizer que, como clinico, poderia ter grande nome se muito cedo não tivesse abandonado a Medicina para se entregar aos trabalhos predilectos da Arte e da Literatura.

Os seus estudos de Arqueologia artística ficaram a marcar uma época; são notáveis pelo critério da investigação e pela firmeza das conclusões. O que publicou com firmeza obra grande e de mérito real; e para

foi que alguns manuscritos em que deixou outros trabalhos se perdessem ignotiliter.<sup>6</sup> e creio que um ou outro andam de mão em mão á espera de comprador que parece ainda não ter apparecido.

Os manuscritos do Dr. Teix.<sup>9</sup> de Carvalho eram notáveis por serem quase sempre em alvaço de linho e a mancha manuscrita estar enquadada em desenhos e a cores, com letras capitais historiadadas q. davam aspecto agradável de folios autypos.

Onde estarão eles agora?

Com todas as qualidades de inteligência e de trabalho que o notabilizaram e lhe não perdurar o nome, tinha, em compensação, outras inferiores.

Era invejoso e úprato; e embora pareça mal dizê-lo, não era amigo em que se confiasse. Temperam.<sup>6</sup> com certa dose de cinismo, gostava de ferir os seus pares com sarcasmo; e esse temperam.<sup>6</sup> o levou a situações desagradáveis.

Só lhe aqui dizer bem de meu tio Allino Caet.<sup>o</sup> da Silva. Com negro, ao falar deste ou daquele, tinha sempre alfinetadas para dar, por veres venenosas; mas creio

que ele ficou a dever grande serviço a meu tio quando foi da reprovacao no concurso para professor da Faculd. de Medicina; nunca meu tio falou nisso mas quero crer que foi ele quem tornou possível a sua saída para o estrangeiro, de repente, depois do Dr. Sousa Reis avisar secretamente meu tio que ele iria ser reprovado nas proximas provas.

Recordo-me muito bem destes passos todos; mas devo acrescentar que o Dr. Teixeira de Carvalho não fazia favor nenhum em considerar meu tio como sempre o considerou — mas era uma excepção.

Enfim, não ha mais a dizer neste mundo desgraçado.

E vamos adiante.

É claro que a vaga de Presidente do Conselho teve de ser preenchida; depois de varias dilaciones foi eleito o engenheiro Abel Dias Urbano e, por escusa do Dr. Augusto Mendes Simões de Castro, elegemos p. Vice-presidente o Prof.<sup>o</sup> Tomas da Fonseca — cargo em que se manteve até a extinção do Conselho e onde trabalhava com sinceridade e afino.

Mas quiz a má sorte que, nesse mes-  
mo anno de 1921, surpisse novo motivo pa-  
ra intervenção do Conselho — logo realizi-  
mada e concluida.

Uma empresa pretendia fazer de us-  
ta igreja de S. João das Donas junto ao tem-  
plo de S. Cruz, na Praça de 8 de Maio, um  
café-restauranté. Não haveria nisso in-  
conveniente de maior, pois anteriormente  
fôra esquadra de policia e nos ultimos tem-  
pos agencia funeraria — sem protestos de  
qualquer especie.

Porém, o projecto da frontaria aprovado  
pela Câmara, era nem mais nem menos  
do que uma copia reduzida e com diferen-  
ça de proporções, da frontaria da vizinha  
igreja dos Cruzios e em cimento armado.  
E ainda não havia a certeza de, no dito pro-  
jecto, ser decididamente respeitada a bella abo-  
cada e certas particularidades architectoni-  
cas dignas de nota.

Perante estes contraceusos, o Conselho  
entendeu apenas avisar superiormente  
do que se tentava fazer e não tratar do  
assunto com a Câmara — para evitar no-  
vos conflitos.

A empresa tinha por principal figura seu principal capitalista, o comerciante Adriano Viegas da Cunha Leucas, conhecido nos nossos tempos pela alcunha impressionante de Varatojo, devido ao seu feitiço astucioso e chicaneiro; dominava, com o seu dinheiro a imprensa local e esta formava, infelizmente, a opinião geral da cidade como «atavância do Progresso» segundo a retórica vulgar.

E esta opinião da cidade, ignorante em assuntos de arte, era profetisa sempre a ridicularizar e deprimir quem não fosse atrás dele. E o menos de que o Conselho foi acusado foi o de «ampará» e inimigo do progresso e desenvolvimento de Coimbra.

O aviso dado pelo Conselho às instâncias superiores deu em todo o caso (e não sei como!) o seu resultado.

O Ministério da Justiça, nos termos da Lei peticionou do Caus.º o seu parecer. O parecer, feito com as devidas cautelas, considerava o valor artístico da abolida como digna de ser arrolada nos monumentos nacionais e chamava a atenção para o facto deplorável de se construir ao lado de



um templo como o dos Cruzios, uma parodia, e em cimento armado, de sua frontaria. Quanto ao destino do edificio, o Conselho achava realmente preferivel q̄ fosse um café-restaurante do que outro qualquer estabelecim.<sup>to</sup> que contrastasse desagradavelmente com o vizinho monumento.

E mais nada. Mas foi o bastante para que a imprensa local, a «alavanca do Progresso», continuasse com a campanha de descredito contra o Conselho; e a opinião publica, formada infelizmente em concitamentos de esquinas e portas de tabacarias se deixasse levar na onda de indignação e más vontades.

Os Ministerios da Justiça e da Instrução, por seu, porventura devido a informações officiosas, resolveram directamente o assunto: a abolição da igreja extinta foi classificada como monumento nacional e, por consequencia, ao abrigo de atentado; e a frontaria projectada de cimento armado não foi consentida tal como estava no projecto e já em começo de execução autorizada pela Câmara. O architecto (ou possivel.

mente o mestre-de-obras) autor do projecto teve de modificar quase por completo e teve o bom senso de se aproximar e entender-se muito levemente com o architecto Silva Pinto que com sua grande experiencia e saber, acausou-lhe no bom sentido — e a frontaria lá ficou, como ainda está, se não coisa boa, pelo menos remedável.

O architecto Silva Pinto procurou aproveitar o que já estava feito para evitar prejuizos e deu para o resto da frontaria os re-  
meios que foram possíveis.

Estes desagradáveis incidentes mostraram ao Conselho a quase impossibilidade do cumprimento das imposições da lei e do bom senso perante uma imprensa adstrita a interesses de empresas e uma officina publica espicada por vaidades feridas e espiritos inquietos de gracejadores sem qualquer moral ou, até, por maudrinos diplomados.

Não vale a pena citar nomes se bem que a minha memoria ainda reteenha alguns deles. Deixa-os lá entregues ao esquecimento e, como na maior parte

já moveram, que a terra lhes seja misericórdia mente leve.

E a verdade é que o ambiente criado com maldade contra o Conselho deu origem a um período de quase inação. Causo, por essa altura, escreveu António Augusto Gonçalves: «os Conselhos de Arte desprovidos de meios de acção própria, têm por única missão escrever officios e memoriaes que ninguém lê; propor alvitas que ninguém aceita; e reclamar providencias que ninguém atende! [...] O resultado é o vexame deprimente da sua inutilidade actual.»<sup>(1)</sup>

Não se pôde ser mais exacto. Mas este incidente do café-restauranté que por ter na frontaria dois grifos ou coisa que o valha para aguentar lampiões, a má-língua classificou de «Café dos Japões»<sup>(2)</sup>, deu ainda origem a demissão

(1) Monitória dirigida aos Srs. Ministros etc. a pag. 4 (Coimbra, 1921). Opusculo 7.º sem anónimos mas 7.º é de A. A. Gonçalves.

(2) Alusão especial ao citado comerciante de paços Adriano da Cunha Lucas, mas verdadeiramente extensiva aos outros socios da empresa.

do superintendente Abel Urbano de Prend. Te do Conselho — cargo que, diga-se a verdade de ele manteve com certa dignidade e prestigio. Quando se discutia o caso do café-restaurant, o superintendente Abel Urbano entendia que as pedras não deviam ficar paredes-meias com a Igreja de S.<sup>ta</sup> Cruz; achava isso improprio não só para o Templo mas tambem para a sua mentalidade de catolico — e o certo é que apesar de alguns esforços para o convencer a ficar, insistiu delicadamente e renunciou ao cargo que, repito, manteve com elevação.

Por esse tempo fôra eleito vogal o general José de Simas Machado então comandante da 5.<sup>a</sup> Divisão Militar; era creatura distinta, culta, com tradições de vida jornalística no Porto e convivencia com a roda de homens de letras dos fins do seculo passado. Era, de mais a mais, politico e mantinha certo prestigio social.

Sobre ele, pois, cairam as vistas dos vogais do Conselho porque a escolha era difficil. Passado certo periodo em que a presidencia foi exercido por Tomás da Fonseca, a eleição recaiu no general.

Estê aceitou, por fim, com alguma ponta de vaidade, pois não tentou qualquer ligeiro gesto de recusa quanto mais não fosse por modestia corrente.

Aceitou, e exerceu o cargo com interesse até à sua transferência para Lisboa em 1926, pouco antes do movimento de 28 de Maio.

É o Conselho lá se seguindo. Mas a verdade é que todas as iniciativas encontravam obstáculos quer na burocracia dos ministerios quer nas más vontades pessoais que se sobreponham aos interesses gerais da Arte.

Ainda em 1921, Ant.º Augusto Gonçalves teve de lançar ao publico um apelo-protesto a propósito do abandono a que está votado o recheio do antigo Tesouro da Sé que deveria passar a chamar-se Museu de Ourivesaria, Tecidos e Bordados, abandono que só mais tarde foi atenuado.

É pode dizer-se que constituiu, verdadeiramente, uma laço em Africa, a aquisição para o Estado das ruínas da velha Igreja de S.º Clara e começo da sua reparação e conservação.

Esta tarefa em Africa foi conseguida depois de campanha heróica e empreendida (embora não levada completamente ao cabo) pelo gen.º Simas Machado e pelo Tomás da Fonseca — que se valeram de influencia politica propria com insistencia e do prestígio de que, ao tempo, gozavam.

Foi « jornada (...) para alguns imensamente acidentada e tormentosa » afirma Tomás da Fonseca (1); mas, pelo menos, deu-se um primeiro passo.

Descom a saída do general para Lisboa, novamente ficou vaga por algum tempo, a presidencia do Conselho e novos concilios tentos se fizeram entre os vogais no sentido de se encontrar successor. Parece que ninguém queria a espora — pois realm.º o cargo era inglorio e sujeito a certos desaires e aborrecimentos.

O Ant.º Augusto Gouveias já anteriormente pensára em mim e, desta vez, prevaleceu a sua opiniao que tirou outros, como os dr.ºs Joaquim de Carvalho ou Al-

(1) In Santa Clara a Velha de Coimbra. Confer.º em 29 de Junho de 1926 (Coim.º, 1926) a pag. 62

berto Cupertino Pessoa de parecer os escolhidos p.<sup>o</sup> a "espiga."

Entfim, por proposta desse velho amigo, a eleição recaiu em mim e, por unanimid.<sup>e</sup> na sessão de 27 de Novembro de 927. O Tomás da Fonseca continuou vice-presidente e para secretarios foram eleitos o dr. Arnadeu Ferraz de Carvalho e o dr. Guersindo da Costa Lobo — mesa que foi aprovada superiormente e tomou posse oficialmente em 13 de Dezembro seguinte.

Teria eu aceitado o cargo sem protestos, por qualquer pontinha de vaidade?

Com frieza, já lá vão cerca de 36 anos e não me lembro com precisão do q.<sup>e</sup> se passou no meu espirito.

É possível... Ainda era novo, andava pelos 48 de idade; e quem sabe se me deixei reduzir pelo facto de ir presidir a um conjunto de individuos de nome e respeitabilidade — a começar pelos meus supostos Meudes & Simões de Castro e Ant.<sup>o</sup> Augusto Gonçalves, por professores como o dr. Joaquim de Carvalho, architecto. de nome como era o Silva Pinto, etc. etc. É possível, confesso, que poderia

per assim; mas confesso tambem que me não recordo já se assim foi.

Tudo pode ser, mas a verdade é que independentemente da possível fronteira de vaidade ou completa ignorancia das responsabilidades que se tomam, a nova mesa não tinha o poder de dar alentos ao Conselho — pelo contrario, era natural que fosse mal vista pelos poderes publicos.

Os novos presidentes eram demasiadamente suspeitos e, como era voz corrente que o velho Gouveias não deixava de ser o inspirador e verdadeo dominador do Conselho, era de esperar que este encontrasse a todo o momento dificuldades, maiores certamente, do que as encontradas anteriormente.

No entretanto, o Conselho lançou-se do mesmo modo e com excelente vontade, de fazer qualquer coisa de util, ao trabalho que os regulamentos impunham.

Passei a mandar notas officiosas das nossas reuniões para os jornais de terra e para os correspondentes dos grandes diarios de Lisboa e Porto — para dar conhecimento ao "respeitavel publico" do que se ia fazer



do — com o que, malta a verdade, o pu-  
blico se não importa.

Nomeou-se, de novo, uma Comissão  
Executiva que teve por vogal o architecto  
Silva Pinto e por tesoureiro o Lourenço Cha-  
ves de Almeida, recentemente eleito vogal  
do Conselho e com elemento de trabalho.

Procurei organizar o Arquivo q. audi-  
va ao Deus-dari e dar forma mais regu-  
lar á Secretaria, também um pouco á ma-  
trose, ao sabor da maudrice do chefe da  
mesma, o medico seu cliente visível  
Domicio Miranda, pessoa dúbria que nun-  
ca percebi mas que deveria ser fundamen-  
talmente velhaco. Sempre que podia re-  
sistia ás minhas indicações; não concorda-  
va com a nova arumação que eu queria  
dar ao Arquivo e á orientação que eu pro-  
curava; mostrava má cara a tudo, especial-  
mente á chamada á secretaria onde jul-  
go que nunca ia, etc.

Ele era funcionário do Estado e, como  
tal, recebia mensalmente o seu ordenado; de  
certo obrigação a q. não faltaria.

Estas resistencias e até más vontades  
senti-as também no proprio secretario do

Conselho, o Dr. Amadeu Ferraz de Carvalho que, por vezes, não foi leal para comigo e, muitas, se mostrava agastado.

Quando se deu o caso que adiante contarei do Palacio da Justica, entreguei-lhe o rascunho de um officio para o Presidente da Relação para mandar copiar e maguina; quando me veio ás mãos e eu ia a assinar, verifiquei que vinha alterado e malgus passos em sentido contrario ao que eu escrevêra.

Tive de mandar fazer nova copia pelo meu original.

Estas pequenas (pequenas?... ) coisas muito aborrecidas que me traziam certos momentos de desânimo, davam-me vontade de atirar com os apparatus ao ar; poreu o Lourenço Chaves de Almeida, homem mais terra a terra, opunha-se tenazmente, discutia comigo e lá me ia levando ao botê (para me servir de frase chula).

E assim, como uma das minhas primeiras preocupações era buscar uma publicação que fosse uma especie de boletim ou revista do Conselho, aspiração vaga já subia, a que ninguém quiz metter

ombros, resolvi eu tentar a tua empresa. Conversei com o Dr. Joaquim de Carvalho, então administrador da Imprensa da Universidade, sobre o assunto; este animou-me, fiz o plano mais ou menos de acordo com ele; procurei colaboração e pedi ao velho amigo Gonçalves o artigo de abertura, como na verd.<sup>de</sup> fez.

E embora com certas dificuldades que atrasáram, a revista saiu.

Deu-se, porém, o caso que a publicação que meim a ser a excelente revista Arte e Arqueologia só appareceu em 1930, já eu não era Presid.<sup>nte</sup> do Conselho. Abandonei, por isso, a sua direcção que foi entregue ao Dr. Virgílio Correia.

Infelizmente, desta revista só saíram cinco números que se arrastaram até 1933, ao sabor do espirito desencantado do Virgílio Correia que, a certa altura, fez da revista vazadouro de varias bugigangas proprias e, como era de esperar do seu feitio, acabou por a abandonar.

No volume I, a pag. 188, contudo o Virgílio deixou dito a verdade acerca da origem da revista — o que mele não era necessa-

corrente <sup>(1)</sup> e no ultimo numero deixou-me publicar o meu pequeno ensaio sobre os Oleiros de Miranda do Corvo não sei se por generosidade se por algum rebate de consciencia.

Enfim, a Arte e Arqueologia, hoje especie bibliografica rara e bastante procurada, não esqueceu o Conselho e ja na foi que os processos subsequentes fizeram com que acabasse no ultimo numero do vol. II pode dizer-se ingloriamente. Mas tinha de ser.

Varios projectos fiz no sentido de valorizar o Conselho e o Museu, ainda illudido por boas esperanças.

Um deles foi o de mandar reproduzir as principais obras do Museu de Machado de Castro para efeito de propaganda não só em postais como tambem para a revista e para catalogos especializados que se organizariam depois. Chegou este projecto a ter comecos de execucao;

(1) Este passo desmente claramente a afirmação exarada não sei por quem a pag. 411 do vol. 3.º da Grande Enciclopedia Portuguesa e Brasileira acerca da origem da revista.

contratei com o fotografo lisbonense Octavio Bobone, especializado nesses serviços, a reprodução desejada; este foi a Coimbra, falámos largamente sobre o assunto e fechámos contrato e passado um tempo o artista começou a trabalhar e, deve dizer-se, com perfeição.

Porém, não foi ao fim; devido á pequena exoneração, o successor não fez os trabalhos e não se liquidou o contracto nem como ficaram as reproduções algumas das quais ainda vi, por lá, mais tarde, ao Deus-dará.

Igualmente projectei fazer uma mappa e memoria do Dr. Teixeira de Carvalho na qual se fizesse justiça ás suas qualidades de erudito, de artista, de critico de arte e de medico e anatomista — honraria que nunca se conseguiu realizar devido a razões que servem para definir claramente acerca do caracter de certos individuos.

Convidei para aradores na pessoa: o Dr. João de Barros, velho amigo do Dr. Teixeira de Carvalho, que trataria do aspecto literario; o Dr. Nuno de Lacerda que se dedi-

caria ao aspecto artístico; e o Dr. Maximino Carneiro que falaria acerca das qualidades de clinico e anatomista.

Convidados, todos tres aceitaram; e cuseram as respectivas cartas.

Porem, passado algum tempo, o Dr. Araújo procurou desculpar-se com razões especiosas de falta de tempo e complicações varias da sua vida; e o Maximino, esse, não apresentou desculpas, foi mais radical, solicitou a escusa formalmente, de maneira categorica.

Fiquei aborrecido e desanimado. Que razões levaram estas duas creaturas a uma escusa ou recusa tão expi-  
ritas?

Mais tarde, vim a saber.

O Araújo de Lacerda propunha-se á Faculd. de Letras de Coimbra e na Facul. dade o nome do Dr. Teix.º de Carvalho era execrado; fizeram-lhe saber que seria mal vista a adesão e intervenção na homenagem. E daí a retirada que não dei em boa ordem porque foi muito mal feita ou, até, deslealmente. Quanto ao Dr. Maximino o caso foi idêntico; esta

na para ser proposto professor catedrático (ou coisa que o malha) da Faculdade de Medicina e foi avisado com clareza de que não pensasse em aceitar o convite para a homenagem ou a Faculdade levaria a mal...

Sabe-se depois até que foi o professor catedrático Dr. Santos Viegas quem serviu de intermediário no aviso ou por reveladamente ameaças.

É aqui está como se desfez o projecto de homenagem ao brilhante espírito que foi o Dr. Teixeira de Carvalho a quem Coimbra ficou devendo grandes serviços e que já esqueceu.

Se por acaso, na cidade, é lembrado é para se dizer desenfastadamente:

— Ah! sim... O Suium Martius!...

É favor se se ficar por aqui e não se contar logo como anedota fícarasca — para não dizer parca!

O certo é que fiquei fazendo uma ideia diferente destes dois cavalheiros dos quais não nego o valor intelectual (que é grande) mas cujo caracter não me parece que seja de boa temperança.

Quanto ao João de Barros, escrevi-  
 lhe a contar o caso e a pedir-lhe desculpa.  
 É também certo que, com o tempo que  
 foi correudo e depois com a minha exo-  
 meração, a ideia da homenagem passou á  
 história — se como diria o meu velho  
 e honrado parente de Inf.<sup>o</sup> 23 José Simões  
 de Oliveira:

— Fica para regendas municipais.

Ora combinando:

Aparté varios cuidados e diligencias  
 relativos a monumentos como o mosteiro  
 de Arauca, a igreja da Trofa, perto de Ague-  
 da onde estão os celebres tumulos dos Lemos;<sup>(1)</sup>  
 a conservação e exposição ao publico da ca-  
 pella do tesoureiro da igreja de S. Domingos na  
 rua da Sofia, iniciativa que se tentou sem  
 uar infelizmente sem resultado; e outros  
 mais como a conservação dos tapetes do  
 chamado tesouro da Sé; suspiraram nesta al-  
 tura mais dois incidentes (sempre os inci-

(1) O Conselho deslocou-se a estes dois lo-  
 cais, em dias successivos, para estudar in loco os  
 problemas levantados relativamente á conser-  
 vação dos notaveis monumentos. É claro que  
 foi o mesmo que nada.



dentês!...) que mereceu, já agora, referir-se a narrativa não ficar incompleta: um relativo ao Palácio da Justiça outro à Igreja de S. Bento.

Entendeu o Conselho que a residência da família Aires de Campos (sobrecida com o condado de Arneal) na adaptação a Palácio de Justiça deveria seguir-se o primitivo plano feito há muito com a maior consciencia, prolixidade e saber, pelo architecto Silva Pinto desde a sua colocação em Coimbra como professor na Escola Brotero.

A comissão administrativa das obras deu a direcção das mesmas ao capitão de Inf.<sup>te</sup> José Castelo-Branco, com o curso de Engenharia feito aos traqueletos no Porto. Esta nomeação foi evidentemente favorável a um rapaz monárquico, da família dos Caudes de Fornos de Algodres; e embora com certa inteligência e habilitação era desprovido de competência para obra de tal culto.

O presidente da Relação e, por consequencia, presid.<sup>te</sup> da comissão administrativa das obras, era o juiz Conselheiro Farjaz de Sampaio, boa pessoa, de fina educação, mas perfeitamente dominado pelo secretario, o

Dr. Francisco Fernandes da Rosa Falcão, creatura com qualidades de acção e magreza altura com grande importância politica.

No Conselho, discutindo-se o caso, resolveu-se que eu, dadas as boas relações antigas com o Rosa Falcão, fosse falar-lhe e expôr familiarmente o assunto.

Realmente, lá fui um dia á Relação procurar o meu antigo compaheiro das sociedades secretas de 1897/98, desse bom tempo em que ele era olhado como um exemplo de intelligencia clara, de convicções sinceras e de espirito revolucionario temperado por ponderada actividade. Encontrei-o no meu gabinete, arremando processos, na presença do Conselho. Berjaz de Sauphaio, sentado a um canto, com ares de subalterno.

Expuz as razões que lá me levaram. O Rosa Falcão, sem deixar de mexer e remexer nos processos, servia-me com sorrisos de ironia que eu compreendi muito bem. Era a desconfiança dum homem 100% da situação politica vigente que via positivamente em mim o adversario politico e o representante dum instituição considerada inconformista em que o seu principal

royal era o terrível Antônio Augusto Gonçalves. Além disso calcularia que eu desejava a interferência na obra de meu outro rival, o architecto Silva Pinto, igualmente adversario.

Compreendi que a m.<sup>a</sup> missão não daria resultado.

Achei até graça ao Conselho. Torjão de Saupais quando eu acabei a exposição das minhas razões, ao dizer-me com o modo mais afavel e conciliadôr:

— Mas nós o que queremos é que a obra fique bonita...

Eu, para querer desrespeitar o velho juiz, respondi logo tãhêr inconvenientemente:

— Sr. Dr. Conselheiro: o perigo é exactamente a obra ficar bonita...

O Rosa Falcão, pareceu, atãhau quase rudemente dizendo que o Conselho queria entrar a obra com razões muito particulares, que havia más vontades de todos nós, etc. etc. com palavras suaves, frias, ditas com a sua voz apuda, de certã vibração.

Deixei-o falar; e quando calculei que ele teria dito o que entendia, levantei-me, despedi-me respeitosaemente do Conselheiro.

e familiarmente do Rosa Falcão sem fazer  
qualquer referencia á conversação anterior.

Exposta ao Conselho a diligencia, este en-  
tendeu que era melhor juizer de tudo o assun-  
to para... não criar dificuldades.

A comissão administrativa das obras  
do Palacio da Justiça, passado pouco tempo,  
tentou conciliação nomeando o architecto  
Silva Pinto vogal da mesma, mas em condi-  
ções de tal inferiorid. perante o José' Castelo  
Branco, encarregado da obra, que aquelle  
não podia aceitar — como, realmente, não  
aceitou.

todavia, o José' Cast.º Branco mais arisa  
do seu orgulho assim o accusou, não  
ás boas e por qualquer intermediario ap-  
roximou-se do Silva Pinto com certa puer-  
ridade pois não se entendia bem com a  
grandera da obra. E tudo acabou, afinal,  
por a obra se fazer pelo antigo e primitivo  
projecto de baixo das indicações, quando ha-  
via duvidas, do seu autor.

O outro incidente a que me referi foi  
provocado pela demolição da igreja de S.  
Bento, monumento que desde ha muito  
merecia as atenções do Conselho e de que

eu, nestas memórias já falei largamente.<sup>1</sup>  
 ha muito e com toda a liberdade. (1)

Porém, as ponderações, respostas e consultas das estâncias e p.<sup>as</sup> as estâncias periferias, não foram ouvidas ou atendidas; e o Conselho foi maltratado na cidade quer na Imprensa quer nos concilia-  
 bulos das esquinas por se opôr a mais um progresso de Coimbra.

É até a uma nota officiosa da sessão de 14 de Agosto de 1928 em que se afirmava a penhuma responsabilidade do Conselho na destruição do notavel templo beneditino, foi negada a publicação pela censura politica local.

Dizia-se que o côrte fôra feito a pedido do Sr. Alberto Dias Pereira, professor do Liceu, grande influente democratico que embora deshonrado continuava, com suas palavras-artes, a manter certa influencia junto de alguns mandões da situação creada em 28 de Maio de 1926. Parece que era verdadeira a interferencia deste caua-

(1)

theiro no cômte feito pela censura; resol-  
vi ir com o Vice-Diretor<sup>te</sup> Tomás da Fonseca  
procurar o Governador Civil que era então  
o capitão ou major de Inf.<sup>a</sup> Sergio de Castro,  
verdadeira figura decorativa, au plastron  
(como antigam.<sup>te</sup> se dizia) manejado pelo  
Eduardo da Cunha Oliveira.

Queria protestar contra o cômte feito pela  
censura de uma nota officiosa de instituição  
do Estado que nada tinha com a politica.

O Visconde recebeu-nos com ar descon-  
fiado mas ouviu-nos com atenção; fiz-lhe  
ver que se não compreendia que um anti-  
go influente democratico cujo procedim.<sup>to</sup>  
caso politico era apontado como uma das  
razões da eclosão do movimento regenera-  
dôr de 28 de Maio, tivesse o poder de fazer  
cortar pela censura uma nota officiosa do  
Conselho de Arte e Arqueologia — organis-  
mo páris e de funções puramente cultu-  
rais.

O Sergio ouviu, calado; no final, com  
sorriso brejeiro, disse-nos que mandaria  
publicar a nota officiosa, como na verdade  
foi publicada nos jornais nos dias que se  
seguiram.

O certo é, porém, que o belo Templo Benedictino, exemplar único no País, foi deixado abaixo; e os varios passos por que o triste incidente passou, constituiriam pavorosa cronica alegre que documentaria a afirmação do baixo nivel do interesse e conhecimentos artisticos do ambiente portuguez e, em especial, do ambiente coimbricense.

Assim, a vida do Conselho ia correndo quando novo escandalo surgiu que foi fatal para mim: a Junta da freguesia de Santa Cruz e o paroco respectivo, reclamavam certos paramentos e objectos de culto ainda depositados na polveira-claustro do Silencio, restos do antigo museu organizado por Antonio Augusto Gouveias.

Do mesmo tempo, a portaria n.º 5742 de 17 de Novembro de 1928, do Ministerio da Justica, mandava entregar esses objectos e paramentos desde que não tivessem valor artistico ou arqueologico.

É claro que todos nós vimos que o caso nos daria trabalho e pensavamos como com efeito deu; uma comissao foi delegada pelo Conselho para se entender com a Junta

e com o jároco, comissão que foi ceus  
 tituída por mim, como presidente, pelo  
 velho Gouveas, pelo architecto Silva Pin-  
 to e pelo Laurenceo Chaves de Almeida.

Flouve reunião na sede da Junta aos  
 24 de Dezembro seg.<sup>te</sup>, reunião um tanto en-  
 quanto tempestuosa e, devo dizer, com ver-  
 dade, por minha causa.

O padre (cujo nome já me não ocorre)  
 começou com exigencias além do que a ci-  
 tada portaria mandava quer na sua letra  
 quer no seu espirito. Eu comecei a discu-  
 tir com o homem procurando fazer-lhe  
 ver que não tinha razão e estava fóra do  
 que era razoavel; ele insistia, eu azedei-  
 me e, confesso, perdi um pouco o domi-  
 nio e tratei-o mal — pois as exigencias  
 do laururado estavam a irritar.

Perante certa frase minha um pou-  
 co rude de que já me não lembro, o ho-  
 mem, sem qualquer rênia, virou-me  
 as costas e foi-se embora.

Os vogais da Junta, dado o inesperado  
 epilogo, despediram-se amavelmente e  
 nós ficámos a olhar uns para os outros,  
 debaixo do olhar malévolo do dr. Domingos



Miranda, secretario do Conselho, que fôra convocado para laurar as actas necessarias e que, com regosijo, de certo, viu no incidente mais uma complicação desagradavel.

É claro que o rector Gonçalves, embora o não dissesse, exultou com as minhas objurgatorias ao mariote do padre; o Silveira Pinto ficou calado, acendendo um cigarro e balauçando, como de costume, uma das pernas cruzada sobre a outra; e eu, para acabar com a situação embaraçosa, disse para o Miranda que continuava esfiungico:

— Bem!... Vamos lá fazer a acta...

Laurou-se uma acta resumindo a cêna Tragi-cômica; e a reunião dissolheu-se. No electrico em que eu fui para casa, vi o P.<sup>o</sup> Julio (era este o seu apelido que só para mim occorreu), o prior de S.<sup>ta</sup> Cruz com quem pouco antes me irritara, que se apeou aos Arcos do Jardim e se dirigiu para o Seminario.

Ja com certeza fazer a queixa ao Bispo-conde.

A acta seguiu o seu caminho burocratico e dias depois, do Ministerio da In-

dução, veio um officio perguntando em que altura ia o cumprimento da portaria acima referida.

Soubemos depois que esta pergunta era o resultado da queixa do Juiz Julio; o Bispo escreveu ao Dr. Ferrand de Alameda que era chefe do gabinete do Ministro Gustavo Cordeiro Ramos.

E o Ferrand apresentou-se a officiar para saber o que se passava.

Em resposta, o Conselho mandou copia da acta da sessão frustrada e no officio que a acompanhava fez certos comentarios acerca da attitude do padre e das portarias do Minist.º da Justiça que nada tinham com o da Instrução, etc.

Não foi preciso mais para o estóico final. Em 22 de Janeiro appareceu-me em casa o Tomás da Fonseca com cara de poucos amigos e mostrou-me um officio da Direcção Geral das Belas-Artes, datado da vespera e dirigido para ele, vice-presidente do Conselho, ordenando a m.ª destituição de presidente e a reunião immediata do Conselho para eleição de outro. O Tomás estava exaltado, não queria obedecer.

Fiz-lhe ver que obedecer era o único caminho... Discutimos o caso e eu terminei por lançar no officio a frase sacramental: « Tomei conhecimento. »

Estava destituído e, até certo ponto, de forma ilegal; mas confesso que me senti aliviado... O cargo já me pesava um bocado; por muito boa vontade que tivesse (e eu, francam.<sup>te</sup>, tinha-a) não havia maneira de fazer obra útil — e, como neste caso, em que se esbarrou com a Igreja, o desastre era inevitável e um tanto ou quanto humilhante.

O Tomás saiu nu.<sup>o</sup> abarrecido e foi convocar o Conselho; e dias depois foi publicada nova portaria do Minist.<sup>o</sup> da Justiça que mandava entregar todos os papeis e objectos que o pároco e a Junta de frequência requisitassem...

Podiam ter começado por aqui e evitavam a serie de desapuzados e abarrecimentos. Usucera o illustre P.<sup>o</sup> Julio que por sinal era zaróho...

No dia em que o Conselho reuniu, foi eleito o dr. Alberto Cuperbino Pessoa para presidente — creatura com linha e poude

rada a certo preceito científico como pro-  
fessor na Medicina Legal. E depois de res-  
pões, com o neto Gonçalves á frente, foram  
os vogais presentes a minha casa em mis-  
são de desagravo...

O Gonçalves disse umas palavras amá-  
veis e, contra o meu costume, bastantes re-  
renas. E abraçou-me. Os outros fizeram  
os seus cumprimentos amavelmente.

Fiquei sensibilizado, devo dizer, na oca-  
sião; não esperava a visita e, até certo pon-  
to, era uma satisfação para mim. Pareceu,  
depois, passadas horas e, ainda mais, pas-  
sados dias, ao lembrar-me da cerimonia,  
veiu-me a impressão de que tudo aquilo  
foi frio, nem significar grande estima por  
mim; apenas formalismo delicado da gen-  
te que se não livre de um infortunio...

Quero dizer: O Conselho não concordou  
com o que eu fiz e está bem: eu coloquei-  
~~me~~ o em má posição que poderia ter con-  
sequencias desagradáveis para os meus con-  
junctos. Não se que solidarizar comigo  
como de entrada o Gonçalves insistiu  
com certas cautelas... E assim, o Con-  
selho se foi, colectivamente, a m.<sup>a</sup> casa,

fê-lo por méria cortezia. Disse-me o  
 Laurencço Chaves Almeida que só o vel-  
 lho Gaucathes foi de opinião de que o Con-  
 selho se devia solidarizar; os outros acal-  
 maram-me mostrando (alias com razão)  
 os inconvenientes dessa attitude; e pre-  
 sante esses argumentos (alguns ditados  
 pelo medo) o velho inconformista, contra-  
 riado, cedeu.

E assim se encerrou esse periodo da  
 minha actividade como vogal e presidente  
 do Conselho de Arte e Arqueologia.

E foi por esses dias que saiu o 1.º nu-  
 mero da revista Arte e Arqueologia que,  
 entregue aos cuidados do Virgilio Correia,  
 ainda viveu algum tempo, até ao 5.º nu-  
 mero — unica coisa que sobreviveu aos  
 meus bem intencionados empreendimen-  
 tos.

A homenagem ao Dr. Teix.º de Car-  
 valho, a reprodução das obras do Museu  
 e outras iniciativas ficaram no esque-  
 cimento — e digo esquecimento para não  
 preparar termo diferente que poderá  
 dar a impressão, da minha parte, de que  
 falo por despeito.

O Conselho caiu no silencio necessario para não ser notado nas estancias superiores...

De mais, o Conselho tinha os dias contados. Pouco depois, foi publicada no ua reforma dos serviços artisticos e archeologicos que extinguiu os Conselhos de Arte e Archeologia e concentrou em Lisboa todos os serviços que lhes competiam.

Para dizer a verdade desde que aquelles Conselhos não eram mais do que simples secretarias « para officios e memoriaes » que ninguém lia » e para « reclamar providencias a que ninguém » atendia ou « propor alvitres que ninguém » acceitava, melhor foi suprimi-los.

Além disso, que a imprensa quer a opinião da cidade (mesmo a opinião culta) nunca apoiaram a acção suppreendida em beneficio da propria cidade — antes pelo contrario a malograram e por vezes ridicularizaram.

E assim o Conselho da 2.<sup>a</sup> Circunscricão viveu 24 anos a trabalhar sempre como se pôde provar pelos seus livros de actas e por um ou outro livro de cor-

correspondência (salvo de Galdeões e des-  
 licenças) que se podem ainda consultar  
 no Arquivo do Ministério da Educação  
 Nacional onde uma vez fui tirar as no-  
 tas que me serviram, em parte, para es-  
 tes capítulos que, afinal, ficaram longos  
 de mais. (1)

Em 13 de Março de 1932 celebrou-se a  
 última sessão; e o Conselho encerrou defi-  
 nitivamente os seus trabalhos creio que  
 sem saudades.

Todos os vogais estavam abarrecidos  
 e cansados de tanta incumprimento e  
 más vontades de modo que (quero crer)  
 a extinção foi com alívio.

---

(1) No arquivo do Ministério da Educação  
 existiam, quando lá fui, salvo erro, nos pri-  
 meiros meses de 1951, dois livros de actas em  
 que se liam 174 actas de sessões e um livro de  
 correspondência de 1924-1932. Quase tudo se  
 perdeu num incendio que houve no edificio  
 do Ministério uns anos antes; mas também  
 verifiquei que o Conservador, ao tempo da  
 minha visita, não sabia bem o que as novas  
 estantes continham — pois se procedia a no-  
 va arrumação e o rapaz, licenciado há pou-  
 co, deu-me a impressão de que estava pou-  
 co disposto a tomar aquilo a peito. Lembro-  
 me de que ele me disse q. pertencera, de-

Aqui tudo estava em paturação; mas também é certo que os rapazes do Conselho poderiam abandonar a sala das sessões depois do encerram.<sup>to</sup> dos trabalhos com a consciencia perfeitamente tranquila.

Lisboa:

26 de Junho a 21 de Julho de 1863.

*[Faint, mostly illegible handwritten text, possibly bleed-through from the reverse side of the page.]*

---

rente os seus tempos de estudante em Coimbra, á direcção do C.A.D.C. (Centro Académico Democracia Cristã) — o que equivale a dizer que era da boa essencia reaccionaria. Enfim, espreitando, basculejando, remexendo, lá dei-meos, eu e ele, com os tres livros que acima indiquei.



estados de los individuos de las diferentes  
 especies, en sus respectivos territorios,  
 y en sus respectivas épocas de reproducción,  
 y en sus respectivos hábitos de vida.  
 Las especies que, a fin de ser más fáciles  
 de seguir, se han designado con el número  
 de especie. (1)

### IX

el 13 de Marzo de 1932: adieu - me  
 última vez «... mémorialiste à cheveux gris,  
 j'écris ces lignes...»  
 G. Duhamel: Chronique des Parisiens. II. Le Jardin des Lettres sauvages, cap. III.

«... il y a tant de choses que je n'  
 ose vous dire / Ayez pitié de moi.»  
 Guillaume Apollinaire: La Jolie rousse, pag. 168 de Calligrammes. Poèmes de la Paix et de la Guerre (1913 - 1916)

Estão quase a terminar a tarefa destas íntimas memórias.

É quero ver se me apresso, pois o tempo urge, a vista começa a cansar e não sei se o pulso estará firme, por muito tempo, como até aqui.

Falta-me fazer a ligação deste acervo de notas em forma de memórias com

o Diário que recommencei em 23 de Abril de 1928. E olhando para trás e contemplando o numero de volumes já escritos e convenientemente brochados, fico-me a pensar como é que eu me abalancei a tal trabalho persistente e aurodo, que roubou tantas horas e tantos meses que poderiam ser applicados a obras de mais valia e, possivelmente, de maior utilidade.

Mas o quê?...

Desde novo preoccupei-me sempre em fixar os successos que ia observando em aquelles em que me via envolvido; não peria, propriam<sup>te</sup>, obcecações como poderá parecer, mas era, certamente, uma tendencia para tal genero de trabalho e, de facto, ao longo dos meus quase 70 annos de escrevinhadar, fui deixando notas e rascunhos que, de certa altura em diante, constituiram material razoavel para me encontrar em condições, com a ajuda da memoria ainda felizmente mais ou menos fresca, de reconstituir a m.<sup>a</sup> vida desde o infeliz dia do mês de Setembro de 1879 em que

saí do ventre materno para as agui-  
ras deste mundo desgraçado.

Aos poucos, principalmente depois  
que me lançaram na reserva, lá ia com-  
pondo o « monumento » para depois, tam-  
bem por bocados, passar tudo a limpo,  
em forma de livro como a fica, apto a  
ser lido e comentado uns 30 anos depois  
da me. morte.

Valeria a pena tanto trabalho, tanto cui-  
dado, tanto tempo perdido, tanto papel e  
tinta gastos?

Não sei se terá resposta satisfatória, es-  
ta serie de interrogações. Ila, porém, em  
tudo isto, um factor importante: é que  
talvez se não possa explicar a razão por  
que comecei a escrever tais diários e me-  
morias. Seria inusitado, talvez, e sem  
quase dar por isso as notas foram-se  
acumultando e daí o desejo de as pôr com  
certa ordem.

Não sei, francamente.

Mas o certo é que estou quase a ver  
me livre da tarefa.

Neste intervalo poucos ha que dizer e  
depois, como escreveu o bom Sr. Luis

de Xaurá: «faziam-se mexendo muitos dias em meio e passando a outras coisas»<sup>(1)</sup> e o que ha para dizer reservei ou citarei apenas.

Vamos, pois, a isso porque o tempo urge e eu sinto-me cansado; e nem valerá a pena querer protelar este rosario de recordações.

Já ao completar os meus 80 anos encarei definitivamente o diário que ia escrevendo com regularidade. Vou tambem pôr de parte este quase esqueço e o que ficou no tinteiro... deixar ficar!

Nada se perderá. Poderei dizer como Montaigne: «on ne fait pas des histoires de choses de si peu...»<sup>(2)</sup> E no futuro, se alguém ter o que aí fica, poderá glossar a frase do filosofo com palavras de Xrocista.

E fará muito bem.

Ficam, pois em vão alguns episó-

(1) Fr. Luis de Xaurá: Vida de Fr. Bartolomeu dos Martires, cap. XI do Liv. II, a pag. 229 da ed.ª de 1857.

(2) Essais, a pag. 115 do cap. XVI do Livro II do vol. 3º (edição Flamarion).

lios da vida que, francamente, não des gostava de deixar exarados no papel com esta m.<sup>a</sup> letra suada que, por vezes, já me custa a reler quando necessito verificar certos factos passados.

Essa boa alegria dos velhos (como escreveu Mantegazza <sup>(1)</sup>) em recordar os tempos idos, não é, verdadeiramente, para mim — pois nunca fui creatura alegre e neste evidente declinar, muito menos sou.

O meu desejo é renadar este embechado em que me meti e poder entregar tudo na Biblioteca da Universidade com desinfectantes modernos para conservação do papel — e ficar-me entregue, finalmente, ao comodismo de quem não tem que fazer e de quem, envolvido em egoísmo, nada espera além da chamada para o desconhecido.

E para não perder o hábito de alardear, por tudo e por nada, um pouco de erudição, fecho com um terceto ha pouco

---

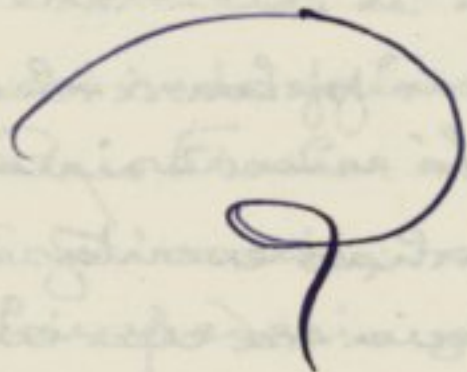
(1) Plejo da Velhice, tradução, a pag. 130 da 4.<sup>a</sup> ed.

lido e fixado, dum soneto do poeta Herédia que, salvo erro, é de origem judaica e portuguesa: (1)

«Et j'ai laissé couler le flot de ma pensée,  
Rêves, espoirs, regrets de force dissipée,  
Sans qu'il en reste rien qu'un souvenir amer.»

Lisboa

6/7 de Setembro de 1863.



(1) José-Maria de Herédia: Mer montante  
a pag. 147 de Les Trophées

« Não é ainda a invalidez, mas já  
não é a presença. »

Machado de Assis: Memórias por  
Turnas de Bras Cubos, cap. 135.

Mais umas palavrinhas...

E vamos lá com resignação. Desde  
as últimas linhas escritas em setem-  
bro de 1963, abri-me um intervalo bas-  
tante doloroso, próprio para fazer esquecer  
(como fez) esta tarefa que afinal estou a  
ver que não me atrevo a concluir.

Ferrou dois anos passados à beira duma  
cama onde meus doentes, aos poucos, ia de-  
ixando a vida e um vácuo que se não en-  
cheu nem, com certeza, por muito que eu  
viva, se preencherá.

Tenho, pois, que encerrar o volume  
e dar por terminado o monumento que  
pensei em deixar, tão completo quanto  
possível, para a Posteridade (!) poder

apreciar a existência (ou inexistência) dum quadro que imagineu valer alguma coisa.

É para, todavia, mais farruco, que fiquei no tinteiro certos episódios de minha vida, n.g.: os ocorridos em fins do mês de Maio de 1826 que na guarnição de Coimbra foram verpointos; — a minha distribuição de director da Carreira de Tiro a requer a uns exercícios de destacamentos mixtos determinados pelo cor.º Visconde Jacinto dos Reis Fischer exercícios em q. eu tive certa primazia; — a minha acção no caso do Lampadario que está na sala do Capitulo da Batalha e a missão a Leiria que me confiou o Gen.º Simas Machado em Abril de 1824 quando se pretendeu fazer desaparecer o tumulo napoleónico que o Adm.º Bermudes chegou a conseguir p.º os soldados desconhecidos, mercê da campanha levantada pelo Ant.º Augusto Gonçalves e aceite pelo Americo Claro então ministro da Guerra.

Tudo isto, e mais alguns episódios, ficaram em branco... Os meus 86 invernos já não dão para mais do que umas



notas bibliográficas que vou fazendo, aos poucos, para a Revista Militar e umas folhetins Velharias que, por despartido, vou mandando quinzenalmente para O Povo da Loure por obra e graça do dr. Eugénio de Lemos (que lhes acha valor) e me vão entreteendo os ocios e me não deixam dormir quando estou a pensar na vida, quase afogado na poltrona que ali tenho e me comprou, em parte, o desconforto moral em que agora estou vivendo.

« E pronto... »

« Ah! é preciso acabar com isto! »

Sebastião da Game: Cabo da Boa Esperança, pag. 134 (Ed. 1951)

« Vinha grandes coisas p.<sup>a</sup> vos dizer. Pareceu não ter tempo. »

Manuel Alegre: Praca de Cavaleiros, pag. 123

Mas, antes de encerrar este volume (e ultimo) sempre quero deixar mencionado (oh vanitas vanitatum!)

que aí por Março deste ano, fui convidado para sócio da Academia Parbuciana da História.

Agora, aos 85 anos, é que me fizeram acadêmico!!

A minha prim.<sup>ra</sup> reacção ao ter o convite, aliás m.<sup>to</sup> amavel, foi recusar e mandar a Academia para o diabo — que era o que ela merecia.

Pareu... o promotor do convite foi o Ant.<sup>o</sup> Machado Garcia de Pina Cabral a quem devo atenções, a primeira das quais a oferta de todas os volumes que a Academia tem publicado e que, na minha biblioteca constituem um sector de grande importancia.

Pensei que seria grosseria uma recusa embora sustentada em boas desculpas e... conformei-me.

Disse que sim e procurei em papeis impressos em que tive de escarapachar a minha vida, as funções que tenho exercido e os trabalhos publicados quer em volumes, quer em revistas.

Mandeiei tudo em Maio; mas até hoje ainda não recebi nada da afro.

vacação final e de que posso ingressar  
triumfalmente naquele illustre arcóps-  
go...

Oxalá se tenham esquecido. A en-  
trada para tal simbiose de sabios não  
me interessa e ficaria assim, cá de fó-  
ra, livre de sessões eruditas e salama-  
leques aos distintos confrades.

E demais a mais há o grande nu-  
mero de padres e algumas figuras ba-  
lofas como o João Arneal e o medico  
Meireles do Souto.

Enfim, será o que for.

Pelo sim, pelo não, tenho já escrita  
uma discursata para o dia da entrada  
em que exponho livremente meu pau,  
o que fui e o que penso — e quero ati-  
rar-lhes á cara, amavelmente, é claro,  
que venho do rec.º XIX...

E assim fecho as minhas memórias  
como fechei o diário — por me sentir  
velho e cansado e aborrecido.

O que ficou em branco, como referi  
acima, é verdadeiramente com certa  
pausa minha porque seria « assaz sabo

roso de ouvir » como dizia Fernão Lo-  
pes <sup>(1)</sup>, fica-me na memoria — não  
sei por quanto tempo.  
E basta.

«Deixa o texto arquivado na Lembrança,  
...  
Ha laudas de silencio em todos nós.» <sup>(2)</sup>

Lisboa

18 de Novembro de 1865

(1) Leonica de D. Fernando, cap. 98

(2) Miguel Torga: Diarios, vol. IX, pp. 130.

...  
 O xali se tentam esquivar de en-  
 trada para tal simbiose de sabios, não  
 se guardam os abrigos do xato o xato  
 de interesse e fôrça aérea, ca de p'

« Ici se place un acte de ma vie  
 que je pourrais cacher. Mais non ! »  
 Jules Vallés: Jacques Vingtras: L'  
 enfant, cap. XI

...  
 Já agora... mais umas palavri-  
 nhas — e acabo.

Os honores da Academia não se  
 esqueceram, como eu imaginei. A demo-  
 ra veio das formalidades que, durante  
 as férias grandes se não cumpriram,  
 porque os Insultais foram, como quai-  
 quer creaturas sujeitas á lei da mortalidá:  
 gozar as suas penhas de descausos.

A 12 de Dezembro ultimo, porreu, re-  
 cebi um officio datado da mesma em que  
 me communicavam que em 10 a Assem-  
 bleia de Academicos de numero aprovou  
 a proposta que o Conselho Academico  
 apresentara para a minha admissáo co-  
 mo socio correspondente.

Vinha assinado pelo Sr. Damiano Peres,  
como Secretario Geral.

É claro que agradeço muito sensibilizado...

É em 28 de Janeiro lá fui, pela primeira vez à Assembleia Geral ordinária em que o sr. P. Antonio Brazão apresentou-me uma comunicação sobre o Instituto de Teologia Pastoral da Rainha D. Catarina que contém matéria inédita e de certo valor para o estudo da formação do clero na altura em que se acentuou a influencia do Concilio de Trento.

Com excepção do Ant.º de Machado Faria, os illustres confrades eram para mim desconhecidos pessoalmente e devo dizer que me receberam bem.

Dois fizeram até acolhimento de certo modo caloroso: o Alberto Dria e o Joaquim Verissimo Ferrão que me conheciam de Coimbra, quando estudantes, e até o primeiro disse-me que tratou comigo qualquer assunto da Guerra Peninsular e que eu lhe facilitei um estudo que fazia sobre episódios algarvios desse periodo.

Já me não lembrava.

Os outros academicos eram, se não erro, os Padres Domingos Mauricio Gomes dos Santos, S.J., Ant.º de Silva Pêgo, S.J.; Antonio Brazis, da Casa do Espírito Santo; o medico Meireles do Santo já aqui falado; o velho Cardeiro de Sousa, cada vez mais envelhecido; o Jampaio Ribeiro, com deformação da espinha dorsal que o obriga a andar curvado quase em ângulo recto; o Afonso do Paço, hoje arguolago causagado e o Rodrigues Casartheiro, de má celtadura, o unico que, nas apresentações não passou das formulas habituais da vulgar civiltade.

Na sessão, como foi a primeira a q. compareci o P.º Silva Pêgo que presidia por falta do Larajo Coelho, m.º de sete, apresentou-me, antes da Ordem do dia, uns cumprimentos amaveis que eu retribuí lendo a prosa a que atraz me referi na m.º preparada e que deixo copiada adiante.

Fui ouvido com atenção e não sei se com agrado ou desconfiança por parte de alguns assistentes. No final, quan-

do voltei p.<sup>a</sup> o cupar, o Presid.<sup>to</sup> Silva  
Prego convidou-me a apresentar qual  
quer comunicação sempre que quizes-  
se e renovou, amavelmente, os cumprí-  
mentos de boas vindas.

Acabada a comunicação do P.<sup>o</sup> Brazio  
houve certa discussão com o Dr. Veris-  
simo Ferrão e o P.<sup>o</sup> Domingos Mauricio.

A apresentação deste ultimo deu-  
me um pouco no gôto... É homem forte,  
estroncado, dotado de uma bela calça já  
grisalha, com grandes olhos pretos muito  
vivos; fala com segurança e com gesto  
calmo mas ao mesmo tempo revelador  
de certa energia.

Deve ser homem de acção ao contra-  
rio do seu irmão na Campanhão, o Padre  
Silva Prego que me pareceu creatura bran-  
da, meliflua, falando baixo com mane-  
ras delicadas de sociedade; a exposição  
que ele fez acerca do Instituto de Teologia  
Pastoral foi quase um complemento á co-  
municação do colega Brazio, revelando  
uma larga compreensão dos problemas  
ligados com a educação do clero quer em  
tempos idos quer na actualidade.



Deixou-me certa impressão agradável e tive de contactar intimamente que um velho Pedreira disse não está isento de ter de considerar um padre da Companhia com benevolos e simpáticas atenções. E a verdade é que foi o unico dos illustres confrades que no final, quando começou a detraída, sem despedidas individuais, se dirigiu a mim e me disse com o seu ar decidido que vivera prazer em me conhecer, que gostara muito das minhas Cartas do Infante D. Pedro e terminou por dizer que apparecesse, que trabalhasse, que ha m.<sup>ta</sup> coisa para fazer, etc. etc.

E aqui está como é o Mundo!

Foi um padre jesuíta o unico que no final me disse qualquer coisa de particular e agradável. Os outros sumiram-se, mesmo o Alberto Tris que é chegada me fez muita festa ou o Verissimo Serrão q. afirmou a sua simpatia por mim desde os seus tempos de estudante em Coimbra.

Será assim o costume, no final das sessões? Ou foi a maneira mais sim-

ples de se esquivarem a dizer qualquer coisa a respeito da m.<sup>a</sup> alocução?

Tudo é possível.

Contudo, na proxima sessão quero averiguar e tirar as minhas conclusões — p.<sup>o</sup> meu governo.

E com isto me despeço de memorias e de diarios.

- X -

Segue-se a minha tão falada alocução de agradecimento e apresentações que foi feita, valha a verdade, com alguma ironia e bastante intenção de dar a perceber que a minha admisión foi tardia de mais.

E' possível q. isso não fosse compreendido pela maior parte dos academicos pois dos fundadores não sei se lá estaria algum além do Machado Faria.

Ora bem. Segue a jura e com isto junho ponto final nestas manifestações, afinal, de certa vaidade.

Lx.<sup>o</sup> = 1 a 4 de Fevereiro de 1866

« Suizerau U.V. alear-me as par-  
tas desta douta Academia.

O meu temperamento, meu ambi-  
ções e o meu espirito bastante inclinado  
ao isolamento, nunca me fizeram pen-  
sar nestas honras; cheguei a meho  
isento de vaidades; e nos ultimos annos  
as amarguras da vida mais me fize-  
ram esquecer qualquer jurrido de mun-  
danidade.

V.V., pareceu, tem teraram-me de mim;  
confesso que me senti honrado mas, ao  
mesmo tempo, desolado. A minha en-  
trada na instituição é, por assim dizer,  
honorifica; se, eu novo, a minha va-  
lia era pouca, agora é, evidentemente  
menor — se para alguma coisa ainda  
resto.

Mas, seja como fôr, os meus agras-  
decimentos pela honra concedida são sin-  
ceros; a todos V.V. eu agradeço pois, em  
tudo os estatutos limitam a numero de  
meus de confrades a eleição dum estran-  
ho, quero crer que a m.<sup>a</sup> escolha não  
teria qualquer opposição ou suscitaria

caso seria muito natural, como se  
 outra duvida.

Por tudo fico muito grato a V. V. e deu-  
 ro da minha já inferior capacidade de  
 trabalho, estou ao dispor da Academia com  
 muita honra e boa vontade.

Entendo, porém, agora, já que me  
 abriram as portas da casa, de me apre-  
 sentar — isto é, dizer quem sou aquelles  
 dos Ilustres Confrades que me não co-  
 nhecem senão por vagas e incomple-  
 tas referencias. Sinto, intimamente,  
 que sou quase um desconhecido não só  
 porque, pelo meu natural isolamento, não  
 tenho relações pessoais com a grande  
 maioria dos Academicos, senão tam-  
 bém porque os meus trabalhos, devido  
 a instintiva repugnancia para o recla-  
 mo e pelo seu reduzido valor, não go-  
 zam de grande audiencia nos meios  
 cultos.

Devo pois dizer claramente que sou  
 homem do Seculo dezanove. Quando nas-  
 ci ainda o seculo tinha 20 anos para vi-  
 ver; e a minha mentalidade foi mol-  
 dada, ou bem ou mal, nas duas décadas

finais, repletas de sucessos contraditórios quer os internos, mais próximos por consequência, quer os externos que mais influencia trouxeram a este canto europeu.

Em Coimbra, onde decorreram essas duas primeiras décadas da minha vida, e quando os meus ouvidos começaram a ouvir e os olhos a ver o que se passava, já não havia o « grande tumulto mental » do tempo de Eça de Sousa mas havia, no campo das Ideias, certo movimento literário da chamada « Geração de 90 » eivada de tradicionalismo e, simultaneamente, alguma excitação política da geração inconformista ou revolucionária que, ao tempo dos 20 anos seguintes prepararia (ou ajudaria a preparar) a mudança de regime.

Eu conheci os principais vultos de uma e outra geração através de pessoa de família que com eles convivia e de alguns dos quais, pela vida fóra, fiquei amigo.

Lembro-me bem das ironias ás vezes um tanto causticas de Agostinho de

laços, do alegre, optimista e dessem-  
 barçado Alberto de Oliveira, da memó-  
 ria prodigiosa de Carlos de Mesquita e, co-  
 mo superior a todos, as atitudes olímpicas  
 de Ezequiel de Castro, com colarinhos m.<sup>to</sup>  
 altos forrados de juro por dentro e a con-  
 tar anedotas de Verlaine e outros simbo-  
 listas com quem conviviera em Paris; e  
 ainda me lembro de Antonio Nobre,  
 com os seus grandes olhos nostálgicos, a  
 contemplar a curva do Mondego, a mon-  
 tante da cidade, quase afogado, então,  
 em gigantescos succirais.

Lembro-me igualmente da pala-  
 vra fluente e vibrante de Antonio José  
 de Almeida, da composição e bom senso  
 de Augusto Barreto, João de Meunier e  
 Silvestre Falcão — e talvez mais alguns.

Lá de fora, nessa mesma altura e  
 principalmente ao longo da ultima dé-  
 cada do século, vinha o ruído violento  
 da agitação libertaria, com livros doutri-  
 narios de mistura com os rudes ecos  
 da chamada «propaganda pelo facto.»  
 E em Coimbra, grande parte da mocim-  
 dade impressionava-se com isso; e uma

carta que o Príncipe Kropotkine dirigiu aos povos de todo o mundo e foi espalhada em quase todas as línguas, deixou fundos e duradouros sulcos na imaginação generosa e até na consciência de muitos rapazes.

Mas de toda essa mescla e de todo esse tumultuar de Ideias que, evidentemente, de forma directa ou indirecta me influenciaram, quero fazer sobressair (porque interessa especialmente a esta instituição) a figura do já então professor de Teologia na Universidade, o Dr. Antonio Garcia Ribeiro de Vasconcelos que foi o primeiro presidente desta Academia e um dos seus socios, certamente, de maior prestígio.

Desde criança o conheci como amigo e audizo condiscipulo do meu citado parente; sempre me impressionou o seu ar grave e ponderado, um tanto doutoral apesar da convivencia; mas com o tempo, quando li o seu trabalho Evolução do culto de D. Isabel de Aragão (para o qual eu gravei em madeira a capa sobre desenhos de Antonio Augusto

(o Gonçalves) eu senti, sobre rapazote de 13 anos quase uma revelação — para não dizer destumbramento.

Flaveria já em mim tendências para os estudos de História?

É certo que eu lia com alguma frequência os romances históricos de Hericlio e outros livros de História de autores contemporâneos; mas a maneira do Dr. Vasconcelos tratar a História, com abundante e escolhida documentação, com a clareza e meticulosidade nos parâmetros, a argumentação tão perfeita em passos duvidosos, fez-me uma impressão bem funda que — devo confessar — nunca deixei de lhe ser fiel até quando, mais tarde, tratei certos problemas de baixo de outros aspectos e procurei rumo afastado da investigação pura.

Devo, pois, á memoria do eminente Professor que me distinguiu sempre com benevolente amizade e me dispensei, muita vez, conselhos proveitosos, devo, dizia eu, a honra que me, neste momento e neste lugar, creio ficar com oportunidade e com justiça.



E assim, quando cheguei a homeu e entrei no caminho de tão rápida pro-  
fissão, a tendência para os estudos de His-  
tória manteve-se sobrepondo-se (mas  
nem as apagar) a todas as influencias  
contraditórias recebidas; mas a injusti-  
ca repulsa pela publicidade fez com que,  
só ultrapassados os 30 annos, se deixas-  
se o meu nome aparecer no final de  
qualquer escrito.

Seria o que hoje se chama o com-  
plexo de inferioridade?

Estou convencido de que sim —  
jáis que ainda hoje o sinto.

Até aí e com cauteloso pseudônimo  
só lixeiros artigos ou crónicas nem in-  
junctancia para jornais ou revistas de  
outros campandeiros de Coimbra dis-  
persos pelo País.

Mas...

Um dia, uns exercicios militares  
realizados a sul de Coimbra, em terre-  
nos junto á aldeia da Cruz dos Marau-  
cos, fizeram-me evocar um combate  
bravado em 1828 entre tropas liberais e  
absolutistas. Veio daí, ao observar o

Terrano e ao querer recuperar episódios da acção, a ideia de um trabalho de investigação minuciosa e de crítica que, de facto realizei e depois foi publicado na Revista Militar com o meu nome por baixo — pela primeira vez. <sup>(1)</sup>

Ja eu a caminho dos 34 anos. Não se pôde dizer que fui precoce.

Este estudo e uns outros publicados tempos depois, com a mesma orientação, isto é, ainda debaixo da influencia do insigne professor universitario, fizeram dizer (não sei se com inteira propriedade) no dia em que fui recebido como societario da Revista Militar que eu era um caso novo e unico na historiografia militar portuguesa. <sup>(2)</sup>

Desculpem V. este ou outro passo de aparente modestia; mas eu estou a fazer uma especie de confissão e a jurar, por isso mesmo, faze-me p.<sup>a</sup> a Verdade.

(1) Nos vol.<sup>o</sup> 65, no n.<sup>o</sup> 9 pag.<sup>o</sup> 679-692 e seguintes e nos vols. 69.<sup>o</sup> e 70.<sup>o</sup>

(2) A frase é do falecido general José Justino Teixeira Botelho que então presidia a direcção da Revista Militar. Passados anos mudou um pouco de opiniao...

E assim, ao longo dos anos, com os contratempos inerentes à profissão e as contrariedades inevitáveis da vida particular, eu ia penosamente trabalhando quanto podia e sabia.

Intentei, até, fazer a história de um conselho onde nasceu e viveu a minha família materna. Acumulei, durante anos, material abundante; a sorte quiz, porém, que esse conjunto de elementos para uma monografia (em que aparecem uns problemas curiosos que ficaram à espera de resolução) vá todo para o arquivo universitário de Coimbra, arrumado e catalogado convenientemente, à espera do inevitável e talvez justo esquecimento.

Ora tudo isto, <sup>o meu</sup> Académico, todo o meu bem intencionado esforço foi, em regra, isolado, sem pertencer a qualquer grupo de qualquer natureza, sem me inclinar para aqui ou para ali, procurando por mim só, resolver os problemas.

Depois de passar a situação de reformado (já lá vão 26 anos!) comecei

quei, mais livremente, acabar certos estudos que estavam em começo ou em projectos — mas, apesar de afeito, quanto godia a patria, ás lições de João Pedro Ribeiro, Sberculano, Gama Barros et aliiis, não deixei, contudo, de prestar a maior atenção, e até procurar compreender e aplicar, as modernas interpretações tão discutidas da historia. Aos poucos, irregularm.<sup>te</sup>, fui deixando, pela vida fóra, certo numero de estudos, uns maiores, outros menores, em q. predominam os de historia militar ou com ella ligados.

Teu novo pensamento até que poderia fazer uma serie de trabalhos, dentro de certo methodo, que constituisse obra uniforme. Mas... ai de mim! As ilusões são ilusões que é o que, como escreveu Antero do Senechal, o homem tem de mais melindroso e mais certo na sua existencia.<sup>(1)</sup>

E cheguei ao fim da vida com insignificante obra dispersa e bastante miscelânea — fóra o que fica abundantem.<sup>te</sup>

<sup>(1)</sup> Cf. Prosa, vol. II, pag. 94.

nas minhas gavetas, destinado, de certo,  
ao misericordioso cesto dos papéis inú-  
teis.

É claro que esses meus trabalhos não  
faziam, como não podiam, meu poder  
fazer, <sup>pois</sup> a quem quer que seja; com  
eles nunca intentei combater ou beliscar  
os trabalhos alheios; e se é certo que rece-  
bi atenções e facilidades (que não esque-  
ço) para a sua publicação por parte de  
quem, felizmente, tinha e tem espirito  
compreensivo e elevado, é certo tambem  
que perdi, em uma ou outra occasião, a  
minha volta, uma surda má vontade  
que não podia compreender e ainda ho-  
je, na tua a verdade, não compreendo.

Mas...

O que lá vai, lá vai!

Agora, para pouco posso servir; ten-  
ho a consciencia de que servi a histó-  
riografia modesta mas honestamente e  
com a boa vontade de quem deseja en-  
contrar a possível verdade sem tercer  
documentação e sem levar, já formula-  
da, ao comecar qualquer estudo, uma  
desajada conclusão.

Posso servir-me de uma frase de Marco Tulio nas suas Tusculanas: não tem inquietações quem está bem com a sua consciência. <sup>(1)</sup>

É aqui quem V. O. que eu queria dizer para que este novo confrade, quase ~~anônimo~~ desconhecido, possa ser um pouco mais conhecido e compreendido.

Sou, repito (e ainda sou) homem do Século XIX; veio comigo, desse século tão malquistado, grande dose de incompreensões — eivado porém de grande dose de tolerância ligada a calma e conscienciosa dedicação pelos princípios. É quanto ao que superiormente se pratica nesta casa onde benevolamente me recebem, também venho comigo o maior respeito pela busca de Verdade Histórica, quer essa busca se faça como « escrita da verdade » á maneira de Fernão Lo-  
pes <sup>(2)</sup> quer como psicológico segundo ainda não há muito tempo recomendava o

(2) Coron: D. João I, cap. 95.

(1) Cfr. na edição da casa Garnier, Paris, o §VIII do Liv. 3.<sup>o</sup>

infeliz Marc Bloch. (1) De qualquer modo,  
modo que seja, aqui renovo os meus  
agradecimentos e declaro que procurarei  
rei honrar quanto possível as obriga-  
ções que me impõe a generosa admis-  
são.

Dime. »

(Em Lx<sup>a</sup>, escrita no mês de Junho de 1965)

*[Faint, mostly illegible handwritten text, possibly bleed-through from the reverse side of the page.]*

(1) Apologia para o Historiador ou o Historiador  
Historien (Ed. de 1945) a pag. 101. n.º de 111720

111720

Relação dos livros lidos desde o dia 3 de Dezembro de 1959, até ao momento presente:

- Alcázar (Augusto): O mariz de Góspora: 1963
- " " (Augusto): A galaura é de ouro, 1962.
- Alves (Gaspar de): Memórias Políticas, vol. I (arrico): 1964
- " (José): Boémia jornalística 1964
- Albuquerque (Luís de): Notas p.<sup>a</sup> a história do ensino em Portugal: 1960
- Algar (Manuel): Praca da canção: 1965.
- Almeida (Ant.<sup>o</sup> Ramos de): Nova descoberta do Brasil: 1963
- Alves (Inácio Aug.<sup>o</sup>): Episódios militares das lutas civis: 1963
- Alvado (José): Galerias, cravo e canela: 1960
- Apolinaire (Guillaume): Calligrammes: 1964
- Araújo (Luís de): Contos e histórias: 1964.
- Arnaut (Salvador Dias): A crise nacional dos fins do sec.<sup>o</sup> XIV: 1965.
- " (Salvador Dias): Repias do Palacal: 1962
- Assunção (Tomás Lino de): Histórias de grades: 1965
- " (Tomás L.<sup>o</sup> de): As últimas feiras: 1964
- Baião (Ant.<sup>o</sup>): Flomenço em a Carrilo: 1965
- Balsac: Modeste Myuon: 1964 (3.<sup>o</sup> edição)
- Bandeira (Manuel): Obras Poéticas: 1961
- Barreira (João): A rota do Berpauçim: 1962
- Barros (João de): Patris esquecida: 1961
- " " : Vida vitoriosa: 1960



- Basto (Artur de Magalhães): O Porto do Romantismo: 1963
- Bastos (Francisco): Versos: 1962
- Battistelli (Luigi): A Uaidade: 1964
- Berumenos (Georges): Journal d'un curé de campagne: 1964
- Berr (Henri): La synthèse en histoire: 1963
- Bevan (Edwyn): A Civilização greco-romana: 1963
- Bizarro (A. H.): El-rei D. Manuel II na Grande Guerra: 1965
- Botas (José Laur.<sup>no</sup>): Barco sem ancara: 1964
- " " " : Maré Alta: 1961
- Botelho (Fernanda): O gato e a fabula: 1961
- Bourcet (Marguerite): Le duc et la Duchesse d'Alençon: 1963
- Bourget (Paul): La duchesse blanc: 1963 (2 vols)
- " " : Essais de psychologie contemporaine: 1961
- Brapa: (Luis de Alenc.<sup>no</sup>): O significado nacional da obra de Camilo: 1961
- " (Mario): As ideias e a vida, 2.<sup>o</sup> vol.: 1965
- " " : O livro das sombras: 1960
- " (Geofilo): Tricentenário da publicação de D. Quixote: 1962
- Bramão (Alberto): Recordações: 1963
- " " : Últimas recordações: 1963
- Brazão (Eduardo): As Restaurações: 1962
- Brochado (Costa): O piloto árabe de Vasco da Gama: 1960
- Brunel (Henri Victor): La verte saison: 1960
- C. C.: Causas camilianas, 6 vols.: 1961
- Caetano (Marcelo): A Opinião Pública no Estado Moderno: 1965
- Caiola (Laurenço): Cônas delidas pelo tempo: 1961 (2 vols).

- Calado (Rafael Salinas): A Figueira ao  
decalhar do século XX: 1964
- Caldwell (Erskine): O irresistível Brig Buck  
(Contos): 1961.
- Carrilo: Amor de Verdicao: 1959.
- " : o queda dum anjo: 1965.
- " : O Sangue: 1961.
- " : Vinte horas de liteira: 1965
- " : Ulcerões de Lama: 1964
- Cautós (Paulo): Casa do Viriato: 1959.
- Cardim (Leis): Projecção de Canções nas Le-  
tras iuplasas: 1963
- Carpentier (G.<sup>o</sup> Marcel): Un cyran au feu:  
1963
- Cartas da Rainha D. Amélia ao Bispo Caude  
Bastos Pina: 1964
- Carvalho (A. de Azevedo Melo e): Carta ao  
Duque de Saldanha: 1965
- " (Ant.<sup>o</sup> Coelho de): A Língua e a  
Arte em Portugal: 1966
- " (Ant.<sup>o</sup> Ribeiro de): Campesinas de  
Gomes da Costa: 1964
- " (José Liberato Freire de): A Carta e os  
seus 22 anos de idade: 1959
- " (M.<sup>a</sup> Judite de): Palavras Joupadas: 1963
- " " " " : Banta gente, Maria-  
na!: 1960
- " (Romualdo de): Hist.<sup>a</sup> do Colégio  
dos Nobres de Lisboa: 1960
- Casimiro (Augusto): Neualvares e o seu  
monumento: 1964
- Castilho (Julio de): Inacio de Vilhena Bar.  
rosa. Elogio historico: 1965
- Castro (D. Faria de): Impressões de Arte: 1961
- " (Rosalia): Canções Gallegas: 1964
- Cavatheiro (Rodrigues): Flomans e ideias: 1962
- " " " " : Politica e Historia: 1960

- Chagas {João}: 1908. Subsídios : 1960  
 " {M.º Pinheiro}: A Marpadinha de Val-flor : 1965.  
Cidade {Hernari}: O Século XIX : 1961.  
Cocteau {Jean}: Thomas, l'imposteur : 1963  
Coelho {Ant.º Bayes}: Alexandre Herceles : 1966  
 " {Ant.º Bayes}: A Revolução de 1383. Tentativas de caracterizações : 1966  
 " {Ant.º Prado}: O Romance Popular na obra de Teófilo Braga : 1963  
 " {Jaciuto do Prado}: Problemática de História Literária : 1961  
 " {Trindade}: O Senhor Sete : 1962  
Condé {José}: Terras de Cariariú : 1964  
Correia {Fernando}: Ricardo Jorge : 1959  
 " " : Vida errada : 1964  
 " {J. Araújo}: Manta de farrapos : 1962  
 " " : Perfil trausmontano de Trindade Coelho : 1963  
 " " : Tres meses de Inferno : 1964  
 " {Natalia}: A questão académica de 1907 : 1963  
 " {Sebastião Maranhão}: A propósito do "Carnões" de Aquilino : 1960  
Cartezão {Jaime}: A política de cegado nos descobrimentos : 1960  
Costa J.º: Os fidalgos da Estrela : 1962  
 " " : N'cala e os Cuanhamas : 1962  
 " {Mário A.}: Caldas Xavier : 1963  
Cunha {Alfredo da}: Goethe haveria lido Gil Vicente? : 1964  
Dantas {Julio}: Auto da rainha Cláudia : 1965  
 " " : Bulhão Pato. Elógio Histórico : 1965  
 " " : Revoada de musas : 1965  
 " " : Viriato Trápico : 1965

- Dante: Divina Comédia: O Purgatório: 1960
- Daudet (Alphonse): L'Inermantel: 1964 (2: vez)
- Devi (Vimala): Monção (Contos): 1963
- Dias (Eduardo da Costa): A crise de consciência  
pequeno-berço, Vol. I: 1963
- " (Carlos Matheiro): A Verdade Nua: 1964
- " (Gastão de Sousa): Os Portugueses em  
Angola: 1960
- " (J. Gonçalves): Sextilhas de Fr. António: 1962
- Dinis (Julio): Os Fidalgos da Casa Mourisca: 1966
- Duarte (Afonso): Lápidas e outros versos: 1960
- " (Mario): Essa de Sueiros, Casual: 1964
- Duhamel: Le désert de Brières: 1965
- " : Le jardin des bêtes pauvres: 1963
- " : Les maîtres: 1965
- " : La nuit de la Saint-Jean: 1964
- " : La Terre promise: 1964
- Dumas (Alex.): Mil e um fantasmas: 1960
- Esparteiro: (Ant. Marques): O famoso botas  
de ancora: 1960
- Esquilo: Coéforas: 1963
- Expedições de D. Pedro (A) ou a Neutralidade  
portuguesa: 1964
- Faulkner (William): Sauvage: 1959
- Feijó (Antonio): Cartas íntimas: 1965
- Feijó (P. Benito): Cartas eruditas: 1965
- Fernandes (Barahona): Joachim de Carvalho  
Pessoa e atitude espiritual: 1965
- Ferrão (Antonio): Os estudos de erudição em  
Portugal nos fins do séc. 18º: 1964
- " : D. Maria Amélia Vaz de Car-  
valho: 1964.
- " (Carlos): Em defesa da verdade: 1963
- " : O Integralismo e a Republi-  
ca, vol. I a III: 1965
- " (Julietta): Rafael Bardalo Pinheiro: 1961
- Ferreira (Alberto): Buracos, vol. I: 1965.

- Ferreira (Amadeu): Calãna, canhangulo e arma fina: 1964
- " (Amadeu): Gloria. Novela: 1965
- " (David Mourão): Aspectos da obra de M.<sup>a</sup> Teixeira Gomes: 961
- " " " " : Motim Literario: 963
- " (Eduardo Marrecas): Aljubarrota: 1964
- " (Virgílio): Aparição: 1960
- Figueiredo (Fidelino de): Epicurismos: 1961 e 1964.
- " " " " : O medo da Plistoria: 1960
- Fonseca (Seirino de): Os navios do Infante D. Henrique: 1960
- " (Tomás da): A pedir chuva...: 1960
- " " " " : O Diabo no Espaço e no Tempo: 1959
- " " " " : A Mulher: 1960
- France (Donatole): Crainquebille: 1959
- " " " " : Le Lys rouge (2<sup>o</sup> vers): 1964
- Freire (J. Paulo): Lôas e cirios de Maria: 1963
- Freitas (A. Sousa): África e outros poemas: 960
- " (José Joaquim Rodrigues de): Páginas avulsas: 1961.
- Gais (M.<sup>a</sup> de Silva): A Encruzilhada: 1965
- " " " " : Carturados: 1961.
- Gama (Eusebio Sanchez de): Nós todos e outros versos: 1960
- " (Sebastião da): Cabo da Boa Esperança: 1965
- Garcia (M.<sup>a</sup> Emidio): O Marquês de Pombal: 1963.
- Gasaett (José Ortega y): La deshumanización del Arte: 1961
- " " " " : Ensayos estéticos: 1962
- " " " " : Meditaciones del Quijote: 1960

- Godinho (Vitorino de Mapalhões): A Econo-  
mia dos Descobrimentos Portugue-  
ses: 1964
- Goethe: Werther: 1960
- Gomes (M. Teixeira): Carnaval Literario: 1961  
" " " " : Correspondencia, 2 vol.: 1960  
" " " " : Maria Adelaide: 1960  
" " " " : Novelas eroticas: 1961
- Goncalves (Ant. Nogueira): A Torre - Baluar-  
te de Belem: 1964.  
" (José Julio): O Islamismo na Gui-  
né Portuguesa: 1961.  
" (Julio): De como se ganhou e per-  
deu Goa: 1963
- Garjão (J. D. Rosado): Os Portugueses e os  
factos: 1962
- Guerraio (Amaro): Parorama económico  
dos descobrimentos: 1962
- Guimarães (Luis de Oliv.): Seuheras conhe-  
cidas: 1963
- Halpban (Luis): Introdução á História: 1962
- Heine (Heuri): De la France: 1962
- Henriques (Elber de Melo): A F. E. B. Dore anos  
depois (Brasil): 1960
- Herculano (Alex.): O Monaste de Cister: 1961.
- Herédia (José Maria de): Les Trophées: 1965.
- Huxley (Aldous): Cura de repouso: 1962
- Fluyssmans (J. K.): La cathédral: 1965.  
" " " " : La-Bas: 1963.
- Ibáñez (V. Blasco): Cañas y Barro: 1962
- Jaria (Alberto): Arqueivística e História na  
obra de Julio Dantas: 1966  
" " " " : Elogio do Dr. Julio Dantas: 1966
- João XXIII: Pacem in Terris: 1963
- Jorge (Ricardo): Parnamo Ortigão: 1961
- Julien (Claude): La Revolution cubaine: 1961
- Kleist (Von): O Principe de Somburgo: 1962

- Korolenko: O moleiro e o Diabo: 1960
- Lafayette: La Princesse de Clèves: 1960
- Lapa {M. Rodrigues}: Acesso V e o Príncipe D. João
- Lazzarini {André}: Paulo VI. Perfil de Montini: 1966
- Leal {Franc. de Cunha}: Cantaro que vai à fonte: 1963
- " " : O Colonialismo dos autocolonialismos: 1961.
- " " : Ilusões macabras: 1964.
- Lemos {Lester de}: Companheiros: 1963
- Lima {M. de Campos}: ed Ganha: 1960
- " {Marta de}: Album: 1962
- Lino {Paul}: L'evolution de l'architecture domestique en Portugal: 1961
- Lobo {A. de Costa}: Portugal e Miguel Bapelo: 1961
- Loison {Paul Hya cinthe}: Almas inquietas: 1963
- Lopes {Franc. Fernandes}: A figura e a obra do Infante D. Henrique: 1961
- " {Oscar}: Jaime Cortezão: 1964
- Lorca {Frederico Garcia}: ed casa de Bernarda da Alba: 1961.
- Luis {Agostina Bessa}: O Manto: 1963
- Machado {Alberto de Sousa}: Para a História das Invasões Francesas: 1961
- " {Julio Cesar}: Listas de Ontem: 1966
- " " " : Apontamentos dum folhetinista: 1961.
- Mapalhões {José Estêvão Coelho de}: Obra Política, vol. I: 1963
- " {Luis de}: A crise monárquica: 1966
- Maia {Franc. de Almeida de Tania e}: Os deportados de Amazona: 1960
- Malpique {Cruz}: O Dr. Ant.º A. da Costa Ger.ª: 1963
- " " : Aquilino: O homem e o escritor: 1965

- Mantegazza {Paulo}: Elogio da Velhice: 1963
- Marañón {Gregorio}: El Cauda Dupra de Olivares: 1961
- " " " : D. Juan. Ensayos: 1963
- Margueritte {Victor}: Le detail humain: 1960
- " " " : Le chant du Berger: 1960
- " " " : son corps est à toi: 1959
- Maritain {Jacques}: Christianisme et Démocratie: 1959.
- Martins {Bastos}: Tempo de falar. Diários de Invasão de Goa.: 1962
- Martins {Gal. Ferreira}: Mausinho: 1965.
- " {Franc. de Oliv.}: D. Carlos I e os Vencidos da Vida: 1963
- Matos {Gregorio de}: Poesias patricas: 1963
- Maughan {Sarmest}: La fugitiv: 1961.
- Melo {M. José Flomen de}: Portugal, o Ultramar e o Futuro: 1962
- Meudes {Manuel}: Aquilino Ribeiro: 1965
- Mendonça {Sleuri. Lopes de}: Manuel Pink. Chagas. Elogio histórico: 1965.
- Menezes {Baurbona}: O Diário de João Chagas: 1961
- Meria {Paulo}: Suarez. Grocio. Hobbes: 1959
- Mesquita {Marcelino}: O Regente: 1964
- Mexia {João Galvão}: Resposta analítica: 1962
- Michel {Louise}: A Comuna: 1961.
- Miguelis {José Rodrigues}: Dude a noite se acaba: 1959.
- Mira {Ferreira de}: A nossa casa: 1961
- " " " : Vida de campo: 1961
- Miranda {Cardoso de}: O último rei: 1966
- " {Paul}: Os rios. Evolução e vida dos cursos de água: 1965
- Mirécourt {Euperio de}: Maraméto: 1959
- Monteiro {Luís Stau}: Felizmente há luar!: 1962 e 1964.



- Montejim {Xavier de}: P. L. M.: 1961.  
 " " " " : A rainha da noite: 1960  
Mota {Silveira da}: Floras de repouso: 1964  
Moura {J. J. do Nascimento}: Guerras na Índia: 1962  
Muñoz {Carlos}: O Inteiro: 1961  
Namora {Fernando}: Retalhos da vida dum medico. 2ª serie: 1965.  
Namorado {João}: A poesia necessária: 1966  
Navarro {Judite}: Terra de Nod: 1962  
Nemésio {Viterino}: Vida e obra do Infante D. Henrique: 1961.  
Neres {Henrique das}: Individualidades: 1961  
 " " " " : Esboços individuais  
 2ª serie: 1964.  
Nicole {Paul}: A Revolução Francesa: 1964  
Nogueira {Albano}: Imagens em espelho côncavo: 1961  
 " {Cesar}: Notas p.<sup>a</sup> a história do Socialismo em Portugal: 1964  
 " {Eurico}: A Igreja e o Estado em Portugal: 1960  
Oliveira {A. Lopes de}: Como trabalham os nossos escritores: 1964.  
Orpheu, vol. I: 1960  
Osonio {Aug.<sup>to</sup> Pinto}: Figuras do passado: 1963  
 " " " " : Lembranças da me-  
 cidade: 19..  
Pacheco {F. Assis}: Cuidar dos vivos: 1964  
Pascoais {Teix.<sup>a</sup> de}: O Penitente (Camilo Castelo- Branco): 1965.  
Passos {Carlos de}: D. Sebastião. Rei e Mar-  
 tir: 1965.  
 " {John dos}: Manhattan transfer: 1963  
 " {M.<sup>a</sup> da Silva}: Discursos: 1963  
Paxeco {Oscar}: O cântaro do Sr. Cuyenheiro  
 Cunha Leal: 1963.